



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**As despesas por funções dos municípios portugueses**

**Carlos Jorge Martins Pires**

Relatório de Estágio apresentado ao *Instituto Politécnico de Bragança* para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientado por:** Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

**Bragança, dezembro, 2018**



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**As despesas por funções dos municípios portugueses**

**Carlos Jorge Martins Pires**

**Orientado por:** Professor Doutor Nuno Adriano Baptista Ribeiro

**Bragança, dezembro, 2018**



## Resumo

O presente relatório resulta do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado de Contabilidade e Finanças, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança. O estágio decorreu durante o período de 27 de novembro de 2017 a 26 de abril de 2018 no Município de Bragança.

Durante o período de estágio foram realizadas diversas tarefas, nomeadamente, processamento de despesa e receita no serviço de tesouraria; inventariação de bens, impressão e etiquetagem, cedências de bens móveis e imóveis e abates de bens móveis e imóveis no serviço de gestão patrimonial; processamento de rendas e tarefas associadas no serviço de taxas, contraordenações e metrologia. Todas estas atividades estão especificadas e explicadas no desenvolvimento do relatório.

Este relatório está organizado em três capítulos; no primeiro capítulo foi feita uma breve apresentação da entidade e das tarefas realizadas, no segundo apresenta-se o enquadramento teórico relacionado com o conceito de município, despesas públicas e as suas várias vertentes, bem como a revisão de literatura do tema. Por fim, no terceiro capítulo, foi elaborado um estudo sobre os determinantes das despesas públicas por funções dos municípios portugueses.

Os resultados do estudo possibilitam concluir que a localização, forma de governação, dimensão, taxa de analfabetismo, índice de poder de compra, desemprego e independência financeira são determinantes de alguns tipos de despesas por funções dos municípios.

**Palavras-Chave:** Despesa pública, Classificação funcional; Município.

## **Abstract**

The present report results from the curricular internship carried out in the context of the master's degree of Accounting and Finances, from the College of Technology and Management of the Polytechnical Institute of Bragança. The internship passed during the period of the 27th of November of 2017 to 26th of April of 2018 in the Local authority of Bragança.

During the traineeship period several tasks were carried out, consisting shortly of the processing of expense and income in the treasury service; stocktaking of goods, impression and tagging, cessions of movable and motionless property and knock down of movable and motionless property in the service of patrimonial management; processing of incomes and tasks associated in the service of taxes, counterordering and metrology. All these activities are specified and explained in the development of the report.

This report is organized in three chapters; in the first chapter is done a short presentation of the entity and the tasks performed, in the second it is still done the theoretical framing to around the concept of local authority, public expenses and his several slopes and an investigation on the existent literature on the subject, for end in the third chapter a study on the determinants of the public expenses by functions of Portuguese municipalities.

The results of the study make possible to end that the location, the form of government, dimension, tax of illiteracy, rate of power of purchase, unemployment and financial independence are determinants of some types of functions of the local authorities.

**Keywords:** Public expenditure; Funcional classification; Municipality.

## Resumen

Este informe es el resultado de las prácticas curriculares realizadas en el ámbito del máster de Contabilidad y Finanzas, la Escola Superior de Tecnología y la gestión del Instituto Politécnico de Braganza. La pasantía tuvo lugar durante el período comprendido entre el 27 de noviembre de 2017 y el 26 de abril de 2018 en el municipio de Braganza.

Durante el período de prácticas se llevaron a cabo varias tareas, a saber, la tramitación y procesamiento de gastos e ingresos en el servicio de Tesorería; Inventoria de bienes, impresión y etiquetado, concesiones de bienes muebles e inmuebles y sacrificio de bienes muebles e inmuebles en el servicio de gestión de activos; Procesamiento de rentas y tareas asociadas al servicio de tasas, contrordinaciones y metrología. Todas estas actividades se especifican y explican en el desarrollo del informe.

Este informe se organiza en tres capítulos; En el primer capítulo se hizo una breve presentación de la entidad y las tareas realizadas, en el segundo presenta el marco teórico relacionado con el concepto de municipio, el gasto público y sus diversos aspectos, así como la revisión de la literatura del Tema. Por último, en el tercer capítulo se elaboró un estudio sobre los determinantes del gasto público por funciones de los municipios portugueses.

Los resultados del estudio permiten concluir que la ubicación, forma de gobernanza, tamaño, tasa de analfabetismo, poder adquisitivo índice, desempleo e independencia financiera son determinantes de algunos tipos de gastos por parte de los municipios.

**Palabras clave:** Gasto público; Clasificación funcional; Municipio.

## **Agradecimentos**

Durante cinco meses foi-me dada a oportunidade de integrar o Município de Bragança, para contribuir com as minhas competências, adquirir traquejo e conhecimento no mercado do trabalho. Foi uma oportunidade enriquecedora a nível pessoal e profissional pelo que gostava de agradecer a algumas pessoas e entidades que tornaram esta experiência possível.

Ao Município de Bragança, pela disponibilidade e pela oportunidade de integração e disponibilidade dos recursos disponibilizados.

Ao orientador Professor Doutor Nuno Ribeiro desde logo por aceitar orientar o meu trabalho, pelo apoio e acompanhamento na realização do trabalho.

À doutora Sílvia Nogueiro pela orientação, disponibilidade e preocupação demonstrada ao longo do período de estágio.

A doutora Mavilde Xavier pela forma atenciosa como sempre me tratou e pelo apoio dado ao longo do período de estágio.

Ao serviço de contabilidade e gestão patrimonial.

Ao serviço de taxas, contraordenações e metrologia.

Ao serviço de tesouraria.

Por fim, a toda a minha família e amigos por toda a paciência e apoio moral neste período da minha vida.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ANALF – Analfabetismo

CFP – Conselho das Finanças Públicas

CRP – Constituição da República Portuguesa

DESEMP – Desemprego

DIM – Dimensão

FORGOV – Forma de Governação

FE – Funções Económicas

FGS – Funções Gerais de Soberania

FS – Funções Sociais

IDEOL – Ideologia Política

INDFIN – Independência Financeira

IPC – Índice de Poder de Compra

LOC – Localização

OF – Outras Funções

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POP>65 – População com mais de 65 anos

POP<15 – População com menos de 15 anos

# Índice

Lista de Figuras .....	vii
Lista de Tabelas .....	viii
Introdução.....	1
1. Estágio.....	2
1.1. Enquadramento da entidade de acolhimento .....	2
1.2. Objetivo do estágio.....	3
1.3. Descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio .....	3
1.3.1.1. Serviços de Tesouraria.....	3
1.3.1.2. Gestão Patrimonial .....	9
1.3.1.3. Gestão de taxas, contraordenações e metrologia .....	15
2. Enquadramento teórico .....	20
2.1. Conceito de Município .....	20
2.2. Conceito de Despesa Pública .....	21
2.3. Requisitos e características da despesa pública .....	21
2.3.1. Legalidade e regularidade financeira .....	22
2.3.2. Economia, eficiência e eficácia .....	22
2.4. Classificação da despesa pública .....	24
2.5. Determinantes das despesa pública .....	26
3. Estudo Empírico .....	20
3.1. Objetivo, hipóteses de investigação e variáveis .....	33
3.2. Tratamento dos dados .....	35
3.3. Caracterização da população/amostra.....	35
3.4. Análise e discussão dos resultados .....	38
3.4.1. Análise descritiva.....	38
3.4.2. Análise dos resultados .....	40
3.4.3. Discussão dos resultados .....	50
Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras .....	53
Referências .....	55

## Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma da Câmara Municipal de Bragança .....	2
Figura 2 – Contas correntes do Município .....	4
Figura 3 – Plano de recebimentos (receitas) .....	6
Figura 4 – Plano de pagamentos (despesas) .....	7
Figura 5 – Registo de faturas (POCAL) .....	8
Figura 6 – Registo de faturas (POCAL) .....	8
Figura 7 – Registo de faturas (POCAL) .....	10
Figura 8 – Ficha do bem (património) .....	11
Figura 9 – Cadastro de bens móveis .....	12
Figura 10 – Cadastro de bens imóveis .....	12
Figura 11 – Cadastro das viaturas .....	13
Figura 12 – Cadastro de obras de arte .....	13
Figura 13 – Etiqueta .....	14
Figura 14 – Auto de abate .....	15
Figura 15 – Processamento de rendas .....	16
Figura 16 – Transferência recebimentos documentos coletivos.....	17
Figura 17 – Registrar inquilino.....	17
Figura 18 – Transferência para histórico .....	18
Figura 19 – Mapa de pagamentos (dos munícipes).....	19

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Estudos sobre os determinantes das despesas públicas. ....	27
Tabela 2 – Análise do objeto e objetivos de investigação. ....	28
Tabela 3 – Tratamento dos dados e metodologia de investigação. ....	29
Tabela 4 – Variáveis dependentes e independentes. ....	30
Tabela 5 – Variáveis independentes .....	34
Tabela 6 – Localização dos municípios .....	36
Tabela 7 – Dimensão dos municípios .....	36
Tabela 8 – Ideologia política da governação dos municípios .....	37
Tabela 9 – Analfabetismo por dimensão do município .....	37
Tabela 10 – Distribuição dos municípios por independência financeira .....	38
Tabela 11 – Despesa por funções por localização .....	39
Tabela 12 – Despesa por funções por independência financeira .....	39
Tabela 13 – Despesa por funções por ideologia política .....	40
Tabela 14 – Teste <i>T-Student</i> – Funções gerais de soberania .....	41
Tabela 15 – Correlação de <i>Pearson</i> – Funções gerais de soberania .....	42
Tabela 16 – Teste <i>T-Student</i> – Funções sociais .....	43
Tabela 17 – Correlação de <i>Pearson</i> – Funções sociais .....	43
Tabela 18 – Teste <i>T-Student</i> – Funções económicas .....	44
Tabela 19 – Correlação de <i>Pearson</i> – Funções económicas .....	45
Tabela 20 – Teste <i>T-Student</i> – Outras funções .....	46
Tabela 21 – Correlação de <i>Pearson</i> – Outras funções .....	46
Tabela 22 – Determinantes das despesas por funções – Análise bivariada .....	47
Tabela 23 – VIF do Modelo de Regressão Linear Múltipla – Funções gerais de soberania .....	48
Tabela 24 – Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla (Funções gerais de soberania, Funções sociais, Funções económicas e Outras funções) .....	49
Tabela 25 – Validação das Hipóteses .....	51

## Introdução

O presente relatório tem por base o estágio curricular realizado no Município de Bragança. Este Município é composto por 39 freguesias e, de acordo com os censos 2011, a população residente era de 35.341 habitantes. É representado não só por dois órgãos políticos, executivo e deliberativo, mas também pela estrutura dos serviços municipais, que compreende o conjunto de unidades de cariz administrativo, técnico e operacional, responsável pela execução das atividades municipais de acordo com as suas atribuições e competências.

Atendendo à situação atual dos municípios portugueses, e ao facto de estes possuírem recursos limitados, é cada vez mais necessário que tenham que gerir, de forma eficiente, a sua despesa, evitando, desta forma, endividamento excessivo. Considerando as várias funções que lhes estão cometidas, é expectável que os gestores municipais tenham que tomar decisões sobre o tipo de despesas que pretendem fazer, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas dos seus municípios. Neste contexto, revela-se de extrema importância que conheçam as determinantes da despesa públicas das diferentes funções, de forma a que possam agir de forma proactiva.

Neste contexto, realça-se a especial importância da distribuição funcional das despesas, visto que esta fornece informação detalhada e de elevado interesse para a tomada de decisões dos gestores municipais, o que poderá contribuir para a gestão eficiente dos recursos.

Com o presente trabalho, e após a descrição das tarefas do estágio, pretende-se dar resposta à seguinte questão: “quais os determinantes das despesas públicas por funções nos municípios portugueses?”.

O trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro relativo ao estágio curricular, onde estão apresentadas todas as atividades realizadas bem como a explicação do funcionamento de todos os serviços. No segundo capítulo, primeiramente está apresentado o enquadramento teórico relativo à literatura existente no âmbito da temática das despesas públicas. Apresentam-se também vários trabalhos realizados na área, dando especial importância aos trabalhos que visam os determinantes das despesas públicas. Por fim, no terceiro capítulo, expõe-se o estudo empírico realizado, nomeadamente a metodologia, tratamento de dados, a discussão e os resultados do estudo.

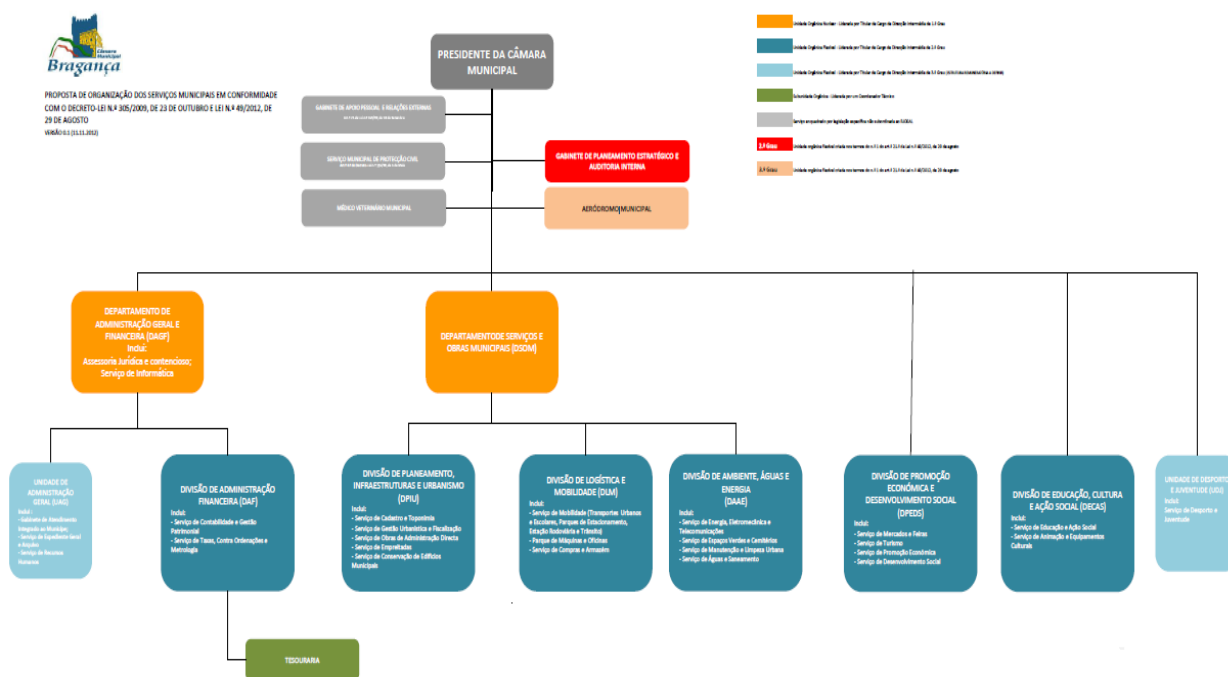
No final, são apresentadas as principais conclusões do estudo, as limitações do mesmo e as sugestões para trabalhos futuros.

## **1. Estágio**

## 1.1. Enquadramento da entidade de acolhimento

O Município de Bragança está distribuído por uma área total de 1 173,57 km<sup>2</sup>, constituído por 39 freguesias e, de acordo com os censos 2011, a população residente era de 35.341 de habitantes (Município de Bragança, 2015). Este Município é representado não só por dois órgãos políticos, executivo e deliberativo, mas também pela estrutura dos serviços municipais, que compreende o conjunto de unidades de cariz administrativo, técnico e operacional, responsável pela execução das atividades municipais de acordo com as suas atribuições e competências. A estrutura orgânica do Município foi aprovada pela Assembleia Municipal em 17 de dezembro de 2012 e publicitada no Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 14, Despacho n.º 1298/2013, em de 21 de janeiro. O organograma representa uma estrutura hierarquizada composta por duas unidades orgânicas nucleares e diversas unidades orgânicas flexíveis. As unidades orgânicas nucleares são o Departamento de Administração Geral e Financeira e o Departamento de Serviços e Obras Municipais. As unidades orgânicas flexíveis repartem-se entre Divisões e Unidades. O estágio curricular foi realizado no Departamento de Administração Geral e Financeira e teve como objetivo compreender os processos (como?) e as razões (porquê?) da utilização de determinadas práticas de gestão orçamental nesta Autarquia local.

Figura 1 - Organograma da Câmara Municipal de Bragança



Fonte: Site oficial do Município de Bragança, <https://www.cm-braganca.pt/pages/116> acedido a 23/05/2018.

## **1.2. Objetivo do estágio**

Depois do primeiro ano curricular do mestrado de Contabilidade e Finanças em que foram lecionadas as respetivas unidades curriculares, foi efetuado um estágio de mestrado com uma duração total de 504 horas, tendo-se iniciado a 27 de novembro de 2017 e terminado a 26 de abril de 2018. O estágio decorreu na divisão administrativa e financeira, mais particularmente no gabinete de Contabilidade, Património e Tesouraria da Câmara Municipal de Bragança.

O estágio foi elaborado na área de contabilidade/gestão pública, com o objetivo de cumprir o definido para a unidade curricular Estágio/Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, possibilitando ter uma noção sobre a realidade do funcionamento de um serviço desta natureza e um contacto com o mundo do trabalho em geral.

O objetivo primordial deste estágio passou por tentar aplicar os conteúdos adquiridos ao longo do período académico e contribuir, da melhor forma possível, para o bom funcionamento do departamento, tentando detetar possíveis pontos de evolução, de forma a tornar o serviço mais eficiente e eficaz.

## **1.3. Descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio**

No início do estágio, foi-me concedido, por parte das chefias da divisão administrativa e financeira, uma visita guiada pelas instalações da Câmara Municipal de Bragança, tendo sido apresentado cada departamento em particular, bem como o funcionamento de cada serviço. A visita pretendeu facilitar o enquadramento e acolhimento para o período de estágio.

Posteriormente, foi-me transmitido o possível contributo que as chefias esperavam do meu estágio, bem como a planificação do estágio, de forma a passar por vários serviços, ficando, assim, com uma ideia sobre o funcionamento específico de cada serviço, percebendo o contributo que cada um apresenta para o bom funcionamento do município. Ficou desde logo planificado que passaria pelo serviço de tesouraria, serviço de gestão patrimonial e o serviço de taxas, contraordenações e metrologia.

### **1.3.1.1. Serviços de Tesouraria**

Esta subunidade tem como competência a elaboração dos diários de tesouraria e dos resumos diários de tesouraria, fazendo com que estes sejam remetidos diariamente para a secção de contabilidade juntamente com os documentos de despesa e receita. A tesouraria arrecada as receitas e procede ao pagamento de todas as despesas devidamente autorizadas e tem a competência de emitir certidões de dívida, escrituração dos livros afetos à tesouraria, bem como a prestação de todas as informações solicitadas pelo Presidente da Câmara (Município de Bragança, 2012). A tesouraria também tem a obrigação de cumprimento de disposições legais relacionadas com os fluxos financeiros e de elaborar os relatórios mensais de atividades e desempenho. Assim, este subponto está subdividido nas

seguintes secções de texto: bancos (conta corrente), plano de recebimentos e pagamentos e, por fim, a receita/despesa.

### **Bancos (conta corrente)**

O Município de Bragança tem à sua responsabilidade um avultado volume de negócios, movimentando diversas contas bancárias (Município de Bragança, 2012). A tesouraria regista todos os movimentos bancários nas contas do Município, podendo controlar, diariamente, os meios monetários líquidos que efetivamente foram efetuados, determinando os respetivos saldos. Este documento é importante não só para o controlo interno da entidade, mas também porque descreve claramente as variações/alterações no que diz respeito às contas do Município. Trata-se de um documento similar ao plano de pagamentos e recebimentos (que será apresentado no próximo subponto), mas reportado a momentos diferentes. Ou seja, ao passo que a conta corrente se destina à execução e controlo, o plano prévio de pagamentos e recebimentos precede aquele momento e insere-se na função planeamento. Ambos são úteis quando analisados em simultâneo, pois a informação proveniente da sua análise é muito clara e objetiva, permitindo um controlo rigoroso e eficiente que compare o planeado com a execução efetiva. A Figura 2 exemplifica a estrutura de uma conta corrente bancária.

Figura 2 – Contas correntes do Município

INSTITUIÇÃO: BANCO SANTANDER TOTTA			CONTA:		SALDO	OBSERVAÇÕES	
DATA	DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	MOVIMENTOS			Descrição	Data
	TIPO	Nº	DÉBITO (+)	CRÉDITO (-)			
		<b>Transporte.....</b>					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Cheque					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Transf. Saída	Vencimentos					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
**/**/****	Depósito	Numerário					
<b>TOTAL SALDO</b>					<b>0,00 €</b>		

Fonte: Município de Bragança, 2017

### **Plano de recebimentos e pagamentos**

O plano de recebimentos e pagamentos é um instrumento de controlo utilizado na Autarquia Local em estudo (Município de Bragança, 2012). Para além de possibilitar um melhor controlo orçamental e uma visão mais realista do momento atual do Município, é um instrumento importante, pois traduz bem a realidade da entidade e, por sua vez, disponibiliza uma informação útil para a tomada de decisões. Mais

concretamente, na tesouraria do Município de Bragança, este instrumento é fundamental para identificar se a receita estava prevista e se o pagamento também estava previsto e autorizado pelo Presidente. Como meio de facilitar o controlo das receitas e despesas municipais, é previamente efetuado, mensalmente, um documento designado “Plano de recebimentos e pagamentos do mês”. Deste documento constam os seguintes mapas mensais:

1. Mapa das receitas e despesas efetivas do mês anterior que também reflete o desvio registado entre o mapa previsional e o mapa efetivo da receita e da despesa desse mês. Este mapa só é elaborado depois de fechado o mês;
2. Mapa da previsão da receita a cobrar (recebimento) e da despesa a realizar (pagamento) no mês em curso;
3. Mapa dos pagamentos a fornecedores;
4. Mapa dos pagamentos diversos;
5. Mapa dos pagamentos a transportadores escolares;
6. Mapa dos pagamentos do fornecimento de refeições escolares;
7. Mapa do pagamento de empréstimos municipais;
8. Mapa do pagamento a Empreiteiros;
9. Mapa de pagamentos a Associações.

Os mapas contêm a previsão de todos os recebimentos de receitas e pagamentos de despesas registados no mês com base na faturação. Estes documentos são presentes ao Presidente da Autarquia, em reunião mensalmente marcada, para serem analisados e validados. Depois de validados, é enviada cópia dos documentos para o Serviço de Contabilidade a fim de serem processados os recebimentos e os pagamentos e outra cópia é enviada à tesouraria, para efetuar a liquidação (recebimentos de receitas e pagamentos das despesas).

Conhecidas as despesas que se vão realizar em cada mês, é também necessário controlar o movimento diário das contas bancárias de modo a evitar saldos negativos em cada uma das contas. Qualquer pagamento ou recebimento é obrigatoriamente registado neste plano e corresponde a uma receita ou despesa previamente determinada. No final do dia, aquando do seu fecho, é possível observar o progresso da despesa/receita, se este corresponde ao esperado e também, através da análise destes mapas, proporciona-se ter um controlo interno mais eficaz do serviço. Depois de comparados os elementos planeados com os elementos verificados no software baseado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), é possível discernir se a atividade do serviço foi ou não

bem executada. Para uma melhor execução destas práticas de recebimentos de receitas, utiliza-se o painel a que se refere a Figura 3 seguinte.

Figura 3 – Plano de recebimentos (receitas)

RESUMO do mês de <b>março de 2017</b>									
Recebimentos   Pagamentos									
RECEITA COBRADA									
	2017		2013	2014	2015	2016			
	Prevista	Executada					Executada (Receita cobrada bruta)		
Saldo de Operações Orçamentais									
<b>FEF + FSM + PART. FIXA IRS - Duodécimo</b>									
Receitas Próprias									
<b>IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis</b>									
Imposto <b>Abolido</b> - Imposto Municipal sobre Veículos									
<b>IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis</b>									
Imposto <b>Abolido</b> - Contribuição Autárquica									
Imposto <b>Abolido</b> - SISA cobrada em execução fiscal									
<b>IUC - Imposto Único de Circulação</b>									
EDP - Venda de Eletricidade - Mini-Hídricas (Encomenda 4503018974) + Painéis Solares									
EDP - Renda de Concessão de Baixa Tensão (Pago em 31.março/ 30.junho/ 30.setembro/ 31.dezembro) - Valor da Renda Anual em 2017: 1.794.533,17€ - Valor da Renda Trimestral: 448.633,29€									
	RECEITAS PRÓPRIAS	GLOBAL	Fornec. fat. JAN+FEV+MAR PP 3	Transp. Escolares	Aliment. Alunos	Prest. Serviços	Diversos	Empréstimos	EMPREGADOS 2017

Fonte: Município de Bragança, 2015

Na Figura 3 estão apresentados os vários campos referentes às receitas, os campos mais relevantes são: receitas próprias, impostos e rendas de concessão. Também constam do painel receitas dos anos anteriores e receitas previstas, possibilitando, assim, uma comparação em tempo real e um maior controlo da tesouraria. Inversamente, para uma melhor execução das práticas de pagamentos de despesas, utiliza-se o painel apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Plano de pagamentos (despesas)

Recebimentos   Pagamentos						
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>DESPESA PAGA</b>						
	<u>2017</u>		<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
	Prevista	Executada	Executada (Despesa paga)			
Pagamentos por efetuar do(s) mês(es) anterior(es) e/ou não previstos						
Juntas de Freguesia						
Associações de Municípios + SAAL + Municípios + Outros						
Instituições sem fins lucrativos - Associações e Famílias						
Fornecedores de Imobilizado - EMPREITEIROS (com cofinanciamento associado)						
Fornecedores de Imobilizado - EMPREITEIROS - Outros						
Fornecedores de Imobilizado - Outros - mês: JANEIRO, FEVEREIRO e MARÇO de 2017						
Fornecedores c/c - mês: JANEIRO, FEVEREIRO e MARÇO de 2017						

Fonte: Município de Bragança, 2015

Na Figura 4 estão apresentados os vários campos referentes a despesas, com destaque para fornecedores, pagamentos a efetuar e instituições sem fins lucrativos por serem os mais relevantes na autarquia em estudo. Estão também expostas as despesas dos anos anteriores e as despesas previstas, possibilitando o controlo pela análise de desvios.

### **Receita e Despesa**

A tesouraria é o fim de todos os processos que envolvem o pagamento ou recebimento de meios monetários (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Todos estes processos têm de ser registados no *software* informático Medidata, cuja aplicação se chama POCAL, dada a ligação do nome à contabilidade autárquica (Medidata, 2016). As receitas cobradas nas atividades do Município de Bragança referem-se à utilização, nomeadamente, de piscinas, do teatro, do matadouro, das feiras e dos mercados. O processo de cobrança de receita é exposto na Figura 5.



Conforme Figura 6, importa destacar a necessidade de preencher o número de ordem de pagamento e, posteriormente, é necessário especificar se é uma ordem de pagamento, uma fatura, uma ordem geral ou uma operação de tesouraria, sendo estas tratadas pelo programa de maneira diferente em função da especificação (Medidata, 2016).

### **1.3.1.2. Gestão Patrimonial**

Os Serviços de Contabilidade e Gestão Patrimonial estão associados e integram a Divisão de Administração Financeira (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Estes serviços completam-se, mas têm atividades distintas. À gestão patrimonial compete organizar e atualizar o inventário e fazer o cadastro dos bens móveis e imóveis, rústicos e urbanos. Compete-lhe ainda o registo dos bens, nomeadamente, obras de arte, mobiliário/equipamentos existentes ou cedidos pelo Município. A inscrição predial de todos os bens imobiliários do Município, bem como as cedências em loteamentos comunicados pela Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo também é da competência daqueles serviços administrativos. O registo de cedências de direitos de superfície, a manutenção do arquivo do serviço (organizado através da aplicação de arquivo documental) e a elaboração e análise de escrituras de compra e venda são outras competências exemplificativas (Município de Bragança, 2012). Bimensalmente, elabora-se o relatório da atividade desenvolvida para integrar a informação a dar conhecimento à Assembleia Municipal. De entre estas competências, a inventariação de bens móveis e imóveis, a impressão e etiquetagem do número de inventário e o abate daqueles bens são desenvolvidas nas secções de texto a seguir.

#### ***Inventariação de bens***

Na inventariação de bens deverá ser introduzida informação referente aos bens respetivos (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). O objetivo da inventariação de bens passa pela criação de um sistema de inventário e cadastro patrimonial com vista a uma gestão dinâmica do património. Esta gestão deve estar dividida em bens móveis e imóveis, por um lado, e bens do domínio público e privado, por outro. Os bens móveis dizem respeito aos bens de movimento próprio ou de remoção por força alheia (cadeiras, mesas, equipamentos eletrónicos, etc.). Os bens imóveis não podem ser removidos ou transportados (terrenos e habitações), podendo todos ser do domínio público ou privado, consoante a tarefa que desempenham.

No processo de inventariação de bens são várias as etapas a executar (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Primeiramente, deve ser analisada a fatura que deu entrada no sistema de software com base no POCAL (Medidata, 2016). Seguidamente, atribui-se a respetiva classificação contabilística, o código do cadastro e o inventário dos bens do Estado, de acordo com o bem/material pelo qual é constituído (ver Figura 7).

Figura 7 - Registo de faturas (POCAL)

Pocal
▶

Registo de Factura

Ano :	Fornecedor :	Unid Org.:	Emissão :	N° Int.:
Referência :			Or.:	
N. Proc. Adm.:	Ref Inicial:		Registo :	
			Recep/Confer:	
			Processam. :	

Em Conferência	Classe	Ct. Geral	Diario/Ref. N° Lanc.	
Processamento				Vencimento
Ct. Terceiros:				
IBAN :		NCD:		IVA devido pelo adquirente:
Observações :				
Estado Fact. :				
Período de faturação :				Facturado :
Sit. Estorno :		Plano Pagamentos:		Fact. S/ IVA:
Registo no Subsistema Sigma :	Data :			Liquidado :
Área :	Mov. :			

Linhas de Factura

Ln	Requisição	I.D.	Cta Geral	Qtd	Val. S/ IVA	Val. C/ IVA	IVA	V. IVA	V. Dedutível	Fact. Custo

Org./Eco:	Deduções para OP's :	Deduções para OP's	Seleccionar REQ
Plano :	Analítica :	Por Facturar da REQ :	
Artigo :		Por Liquidar da FAC :	Visualizar NTE

Fonte: Sigma, 2017

A Figura 7, acima apresentada, provém do *software* informático Medidata (aplicação POCAL) anteriormente referido. Este painel serve, nomeadamente, para fazer a identificação do bem a inventariar e da respetiva classificação contabilística.

A ficha para um qualquer bem (património) está exemplificada na Figura 8.

Figura 8 - Ficha do bem (património)

Fonte: Sigma, 2017

Na Figura 8 devem ser introduzidos os dados e a identificação do bem a inventariar. Os campos que devem ser preenchidos são: número de inventário (atribuído sequencial e automaticamente pela aplicação), código do cadastro, designação, estado, situação, entre outros (Medidata, 2016). Em seguida, deve ser feita a respetiva classificação contabilística, atribuída a taxa de amortização do bem e preencher a ficha de cadastro. Este processo de inventariação termina com a anexação da fatura no arquivo documental, facilitando, assim, a sua consulta quando for necessário.

Quanto à ficha de cadastro dos bens, esta é importante porque é o campo em que o bem a inventariar é mais diferenciado, ou seja, é na ficha de cadastro que o bem é tratado de maneira diferente, dependendo do seu tipo e do seu fim (Medidata, 2016; Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Os vários bens a inventariar podem dividir-se em bens móveis, imóveis, viaturas e obras de arte. Relativamente aos bens móveis, a ficha de cadastro deve apresentar o número de requisição externa contabilística (ou da nota de encomenda) e algumas características que facilitem a identificação do bem em questão. O cadastro é uma etapa importante na inventariação dos bens pois facilita a sua pesquisa. Uma caracterização mais pormenorizada dos bens é efetuada nos painéis a que se referem as Figuras 9 (bens móveis) e 10 (bens imóveis).

Figura 9 - Cadastro de bens móveis

**Cadastro de Bens Móveis**

Número Inventário :

Número de Ordem :

Marca :

Modelo :

Tipo Desc. :

Época :

Estilo :

Compr. :

Largura :

Altura :

Diâmetro :

Características :

Observações :

Fonte: Sigma, 2017

Figura 10 - Cadastro de bens imóveis

**Cadastro de Bens Imóveis**

Nº Inventário : 50718 TERRENO SITO NA RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA N.\*S 23 A 3

Nº Ordem : 296

Classificação : 3 URBANOS

**Localização do Bem**

Localização : RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA

Dist/Conc/Freg: 04 02 57 UNIÃO DE FREGUESIAS DA SÉ, STA MARI Freguesia 2 :

**Caracterização Física**

CONFRONTAÇÕES

Norte :

Sul :

Nascente :

Poente :

ÁREAS

Coberta :  Logradouro :  Implantação :

Construção :  Total :

**Opções**

Classificações do Imóvel

Relação das Frações

Processo Aquisição

Destaque

Outros Elementos

Habitações

Escolas

Rede viária

Rede Água

Fonte: Sigma, 2017

Na Figura 9 estão expostos os principais campos a preencher na inventariação. Nas observações deve ser apresentado o respetivo número de requisição, o ano, a marca e o modelo (se existir). No que diz respeito aos bens imóveis (Figura 10), a ficha de cadastro é diferente, devendo evidenciar a localização do bem, a freguesia, as confrontações, as áreas, o processo de aquisição, o artigo matricial, o valor patrimonial, a descrição predial (conservatória) e o antigo proprietário.

Similarmente, a Figura 11 refere-se ao cadastro das viaturas.

Figura 11 - Cadastro das viaturas

**Cadastro de Viaturas**

Nº Inventário : 4475 RENAULT R4 GIL  
Nº Ordem : 4475 \*Codigo Viatura : 51  
Ct. Analítica : Matrícula : PF-37-13  
Tipo (categoria) : 1 LIGEIRO  
Marca : 2 RENAULT  
Modelo : R4 GIL (112800)  
Combustível : 2 GASOLINA  
Data de Abate : 2012/01/02

**Registo de Propriedade**

Data : 1988/04/06 Ano Fabrico : 1988  
Número : Data Matrícula : 1988/04/06

**Características da Viatura**

Nr. Cilindros : Nr. Quadro : V35112800 J040397  
Potência : (Cv) Nr. Motor :  
Comprimento : (Cm) Kms : 215093  
PESO BRUTO (Kg) Cor :  
Total : Carga :  
Frente : 520.00 Tara : 700.00  
Rectaguarda : 600.00 Dist. Eixos : 240.00 (Cm)  
Observações : custo k 2008 0,21

Fonte: Sigma, 2017

Nas viaturas (Figura 11), a ficha de cadastro é diferente devido ao facto destes dados serem tratados primeiramente por outro serviço onde lhe é atribuído um código de viatura (Medidata, 2016; Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Mediante esse código, o serviço de património vai introduzi-lo na sua ficha de cadastro, surgindo automaticamente todos os campos subjacentes, tais como a marca, modelo, combustível, n.º do motor, n.º do quadro, matrícula, entre outros. Em relação ao cadastro de obras de arte, o painel usado encontra-se na Figura 12.

Figura 12 - Cadastro de obras de arte

**Cadastro Obras de Arte**

Nº Inventário : 786 QUADRO FOTOGRAFIA COM BARRAGEM SERRA SERRADA  
Nº Ordem : 786

**Características**

Autor : DESCONHECIDO  
Titulo :  
Material :  
Data :  
Tipo :  
Técnica :  
Comp. da Moldura :  
Data Avaliação :  
Dimensões da Obra

Comprimento : (cm)  
Largura : (cm)  
Altura : (cm)

**Dimensões da Moldura**

Comprimento : (cm)  
Largura : (cm)  
Altura : (cm)

Fonte: Sigma, 2017

Conforme a Figura 12 acima, identificam-se os elementos mais relevantes de cada obra de arte, nomeadamente o autor, o título, o material, a data, o tipo de técnica e as dimensões.

### ***Impressão e etiquetagem dos bens***

Após o registo de cada bem, é impressa uma etiqueta de código de barras por cada bem inventariado (Medidata, 2016; Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). O tipo de etiqueta deve ser escolhido pela sua durabilidade, tendo em conta as condições de localização e utilização do bem. Se o processo de etiquetagem não for possível por alguma razão, a etiqueta do bem deve ser anexada à sua folha de carga.

Na Figura 13 estão apresentadas várias etiquetas que são usadas neste processo.

Figura 13 - Etiqueta



Fonte: Sigma, 2017.

Importa salientar, em conformidade com a Figura 13, que o n.º de inventário e o respetivo código de barras são fundamentais na medida em que facilitam o processo de pesquisa, atualização e mensuração do património do Município.

### ***Cedências de bens móveis e imóveis***

No que diz respeito a cedências, estas podem subdividir-se em cedências temporárias e cedências definitivas (Medidata, 2016; Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Relativamente às primeiras, consideram-se temporárias todas as cedências de bens móveis ou imóveis por um período de tempo superior a cinco anos e também as cedências de imóveis por longos períodos de tempo mesmo que automaticamente renováveis, nomeadamente cedências com cláusulas de reversão e cedências com direito de superfície.

Os bens cedidos temporariamente são objeto de registo no balanço da entidade que utiliza e administra esse bem, devendo, contudo, estar no inventário do Município. Quando o prazo de cedência termina, o bem volta a ser novamente objeto de contabilização na autarquia. As cedências definitivas seguem as regras do abate de bens. Relativamente ao processo de cedência a nível interno do Município, este é semelhante ao processo normal de inventariação. Na aplicação património, o único campo que é alterado aquando de uma cedência é o campo situação, tendo assim de se registar o bem como cedido.

### Abate de bens móveis e imóveis

O abate trata de retirar bens ao imobilizado, por motivos que devem fundamentar-se, originando variações patrimoniais que dependam do motivo do abate (Medidata, 2016; Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). São suscetíveis de originar o auto de abate as alienações, os furtos, os roubos, as permutas, as doações e as informações de inaptidão operacional do bem (ver Figura 14).

Figura 14 - Auto de abate

The screenshot shows the 'Registo de Autos' (Asset Record) window. It contains several input fields for recording an asset disposal:

- Tipo Auto**: A dropdown menu.
- N. Auto**: A field for the asset number.
- Despacho**: A field for the disposal order.
- Responsável**: A field for the responsible person.
- Observações**: A text area for notes.
- Emissão**: A date field.
- Conferência**: A date field.
- N. Lançamento**: A date field.
- Tipo Abate**: A dropdown menu.
- Nova Situação Bem**: A dropdown menu.

Buttons on the right include 'Emitir Nota Lançamento', 'Arquivo Documental', and 'Sigma-Flow'. Below the form is a table with columns: 'Tipo', 'Aba', 'N° Inv.', 'Descrição', 'Novo Local', 'Uni.Org', 'Compartim', 'Valor líquido do Bem', and 'Valor do Abate'. The table is currently empty. At the bottom, there are fields for 'Conta de Abate', 'Tipo Abate', 'Local Actual', 'Unidade Orgânica', 'Compartimento', 'Local Novo', and 'Observações', along with buttons for 'Aceder Ficha Bem', 'Aceder Classificações', and 'Calcular Amortizações'.

Fonte: Sigma, 2017

Na Figura 14 acima, está o auto do abate. Este auto permite registar os bens a abater ou a transferir de compartimento. O tipo de auto, o Despacho, o tipo de abate e número de inventário são elementos preponderantes.

#### 1.3.1.3. Gestão de taxas, contraordenações e metrologia

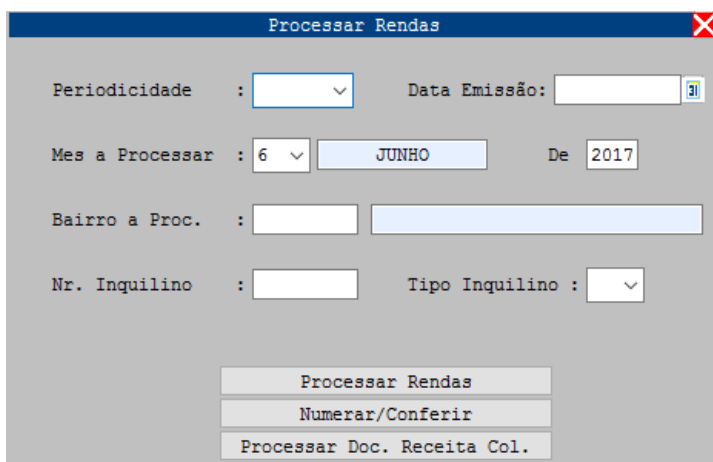
O serviço de taxas, contraordenações e metrologia está integrado na divisão de administração financeira e foi criado por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 28/12/2012 (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). O serviço em questão tem como dever emitir licenças de publicidade, emitir avisos anuais de licenças automaticamente renováveis e proceder ao registo/autuação de instruções, execuções fiscais e contraordenações. Para além destas competências,

este serviço deve também registar e receber certidões de dívida, enviar notificações/citações, emitir declarações de débito em execuções fiscais e apoiar o administrativo no envio de processos ao tribunal tributário. Por fim, a principal atividade deste serviço é processar rendas habitacionais e fazer o controlo/gestão da receita fiscal. Seguidamente, serão abordadas as rendas e as execuções fiscais em separado.

### **Rendas**

O processo de rendas é tratado mensalmente, tendo início no dia um de cada mês (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). É neste dia que são processadas todas as rendas pertencentes ao Município. Estas rendas subdividem-se em rendas de habitação social e rendas diversas. As primeiras são as rendas de carácter social e as segundas são as rendas não sociais pertencentes ao Município, como por exemplo as rendas de outras atividades (quiosques, hangares do aeródromo, conservatório, etc.) (ver Figura 15).

Figura 15 - Processamento de rendas



The image shows a screenshot of a software application window titled "Processar Rendas". The window contains several input fields and buttons. The fields are: "Periodicidade" (a dropdown menu), "Data Emissão:" (a date field), "Mes a Processar" (a dropdown menu showing "6" and a text box showing "JUNHO"), "De" (a text box showing "2017"), "Bairro a Proc." (a text box), "Nr. Inquilino" (a text box), and "Tipo Inquilino" (a dropdown menu). Below the fields are three buttons: "Processar Rendas", "Numerar/Conferir", and "Processar Doc. Receita Col.".

Fonte: Sigma, 2017

Da Figura 15 acima, importa salientar, para efeitos de controlo de gestão, a necessidade de conhecer o mês a que se refere, o número e o tipo de inquilino, antes de numerar/conferir e processar. Em seguida, devem ser calculados os valores que, posteriormente, serão transferidos para a tesouraria, originando, assim, a guia coletiva ilustrada na Figura 16.

Figura 16 - Transferência recebimentos documentos coletivos

Transferencia Recebimentos Doc. Colectivos

Data Contabilistica ....: 2017/05/25

Valor a Transitar .....:                      Nr. de Recibos :                     

Tipo de Processamento ...: Bancarios                      Login Cobrança :                     

Calcular Valores                      Transf. Recebimentos

Fonte: Sigma, 2017

Relativamente à Figura 16, a indicação do tipo de processamento precede o cálculo dos valores e a transferência dos recebimentos, criando a respetiva guia.

Quanto aos recebimentos, as rendas podem ser recebidas através do balcão único do Município de Bragança e, quando assim é, o processo fica concluído, tendo o serviço de taxas a possibilidade de verificar as rendas pagas no dia (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Quando as rendas são recebidas através de transferência bancária, os ficheiros só vão ser gerados três/quatro dias mais tarde, através de um documento (ficheiro) de saída com todas as rendas geradas por transferência bancária.

Para além do processamento e pagamento das rendas, existe ainda o registo de novos inquilinos.

Figura 17 - Registar inquilino

Habitação e Rendas

Registar Inquilino

\*Bairro :                      \*Inquilino :                      Login :                      Data :                     

**Dados Pessoais**

Contribuinte :                      Tipo :                      Pedido Habit.  
Naturalidade :                      N°Beneficiário:                      Pedido Obras  
Data Nasc. :                      Idade :                      Sexo :                      Deficiente :                      Outros Titulares:                      Pagamentos  
Conta Corr.

**Dados Profissionais e Habilitações**

Habilit. :                      Profissão :                      Sect.Act.:                      Prestações  
Local/Situação Trabalho :                      Pag Prestac.  
Numero de Dependentes :                      N°. Pessoas a seu Cargo :                      Rend.Mensal Global :                      List. Pedidos  
Pedido Rev.

**Transferência Bancaria**

Conta Bancaria :                      Autoriz.Débito:                      Data Bancário:                      Rendimentos  
Forma Pagamento:                      Anula Transferência Bancária :                      Ofícios

**Habitação**

Código do Fogo :                      Cód. Edifício :                      Fração :                      Tipologia :                      Situado :                      Sigma\_Flow

**Contrato**

Data Deliber. :                      Tipo de Contrato :                      Data Contrato :                      Pedido Rev.  
Duração :                      Periodicidade :                      Término Contrato :                      Rendimentos  
Renda Mínima :                      Renda Max. (Condicionada):                      Renda Apoiada :                      em :                      Renda a cargo de outra Instituição :                      Ofícios

**Informações Adicionais**

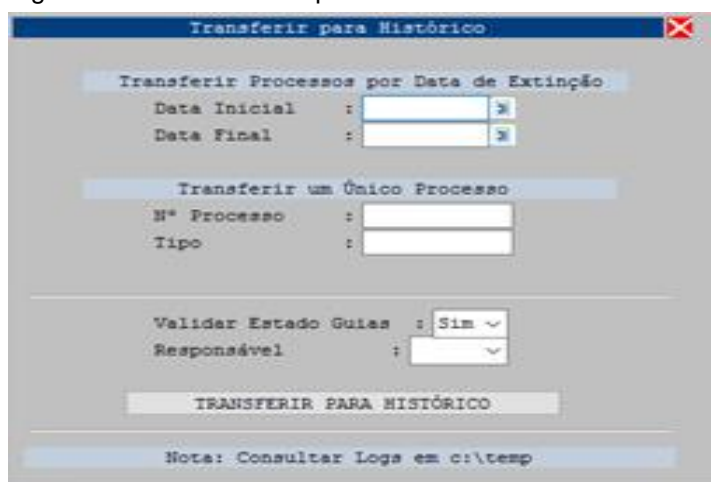
Estado Inquil. :                      Dt Estado Inq. :                      Observações?                      Acordos Reg.em vigor ?                      Contencioso ?                      Situação Jurídica:                      Pedido Rev.  
Rendimentos

Fonte: Sigma, 2017

Em consonância com a Figura 17, o registo de novos inquilinos serve para o serviço de taxas controlar o processo de recebimentos de rendas, pois apenas com os dados do inquilino é possível verificar o seu historial (rendas pagas, rendas em dívida, etc.).

O serviço de taxas, contraordenações e metrologia tem também como competência os processos de execução fiscal (Município de Bragança, 2012; Município de Bragança, 2015). Este processo tem origem na tesouraria. Ou seja, quando um munícipe não paga a água, a tesouraria emite-lhe um aviso, referindo que a respetiva fatura da água não foi paga. Passados quinze dias, e verificando-se que a água não foi paga, são emitidas as respetivas citações em relaxe e estas são enviadas para o serviço de taxas e licenças. Em seguida, o serviço de taxas e contraordenações emite ao munícipe a respetiva citação anexada da certidão de dívida. A partir deste momento, o processo vai para execução fiscal. Posteriormente, o munícipe paga a respetiva dívida. Caso contrário, o processo desencadeará o corte no fornecimento de água. Caso o pagamento seja executado, o serviço de taxas e contraordenações recebe uma guia de pagamento e o processo será transferido para o histórico (ver Figura 18).

Figura 18 - Transferência para histórico



Fonte: Sigma, 2017

Na Figura 18, está apresentado o procedimento que é executado no serviço de taxas e contraordenações aquando do pagamento da dívida por parte do munícipe. É necessário preencher os campos das datas, o n.º e o tipo de processo para, depois, validar e transferir para o histórico do munícipe em causa.



## **2. Enquadramento teórico**

## **2.1. Conceito de Município**

Nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP), quando se aborda o conceito de município faz sentido, no âmbito da organização democrática do estado português, refletir sobre o conceito de autarquia local. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de estruturas representativas destinadas a servir os interesses próprios das populações (Artigo 235.º da CRP). Segundo os artigos 255.º e 256.º da CRP, no continente as autarquias locais traduzem-se nas freguesias, municípios e regiões administrativas, sendo que as regiões administrativas ainda não foram instituídas. Nas regiões autónomas estas traduzem-se apenas em freguesias e municípios.

Os municípios são as autarquias locais que têm como objeto salvaguardar os interesses próprios das populações residentes na circunscrição do concelho, de acordo com os órgãos representativos previamente eleitos, sendo os órgãos representativos dos municípios a assembleia municipal ou órgão deliberativo e a câmara municipal ou órgão executivo (Município de Bragança, 2012).

Os municípios apresentam grande relevância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, sendo que ao longo dos últimos anos, estes fatores têm vindo a aumentar, resultado das recentes reformas políticas, ganhando grande relevância no que respeita a políticas públicas locais (Carvalho, Fernandes, Camões & Jorge, 2016).

Segundo o Artigo 4.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicabilidade das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do estado. Neste seguimento, de acordo com o Artigo 3.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício, pelos respetivos órgãos, das competências legalmente previstas, nomeadamente: de consulta; de planeamento; de investimento; de gestão; de licenciamento e controlo prévio e de fiscalização.

No que respeita às atribuições dos municípios, o n.º 1 do Artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, define que são a promoção e a proteção dos interesses/direitos dos cidadãos em conformidade com os das respetivas freguesias. Neste seguimento, as atribuições associadas aos municípios designam-se em diversos domínios sendo estes: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação, património e cultura; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente; defesa do consumidor; desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal e cooperação externa.

## **2.2. Conceito de Despesa Pública**

Conforme o glossário de termos das finanças públicas do Conselho das Finanças Públicas (CFP), entende-se por despesa pública ou despesa total “...a utilização dos recursos pelas entidades públicas na aquisição de bens e serviços, com o objetivo de cumprir com as necessidades coletivas públicas, obtendo-se esta através da soma das despesas correntes com as despesas de capital”. A despesa de capital compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento por outro lado as despesas correntes refletem os gastos em bens e serviços consumidos, dentro do ano corrente, mais concretamente despesas com o pessoal, consumo intermédio, prestações sociais, subsídios, juros e outra despesa corrente (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro).

Neste seguimento, a despesa pública traduz-se na compreensão de todos os gastos que possuam expressão orçamental. Assim englobam-se toda e qualquer transação relativamente a ativos e passivos financeiros (despesa não efetiva), bem como todas as outras transações relativas à aquisição de bens e serviços, juros, subsídios, prestações sociais, remunerações, investimentos (despesa efetiva) (Luis, 2002).

De acordo com Martins (2015), a despesa pública justa diz respeito aos encargos que o Estado necessita satisfazer. Estes encargos passam pela necessidade de diminuir a pobreza extrema, a necessidade de cumprir com os compromissos assumidos na respetiva Constituição, bem como com a necessidade de satisfazer as necessidades ligadas à concretização de uma justiça social, que retire as pessoas de situações de submissão, exploração e dominação.

Em termos mais científicos, segundo Magalhães (2011),

*“A Despesa Pública é uma realidade histórica e socialmente contextualizada e enquadrada também num fenómeno multidisciplinar: económico, financeiro e jurídico o complexo fenómeno financeiro. O Direito da Despesa Pública exige hodiernamente um olhar autónomo, um sentido objetivo da Despesa Pública enquanto ramo do direito com suficiente individualidade, dada a sua natureza de direito público e funcionalidade específica, e, quiçá, o possamos encarar do ponto de vista subjetivo e falar mesmo de um direito subjetivo à Despesa Pública.”*

## **2.3. Requisitos e características da despesa pública**

De acordo com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 152/92, de 28 de julho e com Município de Bragança (2017), as despesas públicas são controladas de acordo com as regras e normas legais aplicáveis a cada tipo de despesa pública. Desta forma, os requisitos necessários à autorização das despesas públicas passam por assegurar a sua legalidade e regularidade financeira bem como a economia, eficiência e eficácia, devendo também estar devidamente classificadas e orçamentadas nos respetivos mapas orçamentais.

### **2.3.1. Legalidade e regularidade financeira**

No que respeita à legalidade e regularidade financeira, de acordo com o n.º 2 do Decreto-Lei 152/92, de 28 de julho, Pinto e Santos (2005) e Norma de Controlo Interno (2017), entende-se por legalidade a existência prévia de lei que autorize a despesa. Por regularidade financeira compreende-se a existência de inscrição orçamental, respetivo cabimento e classificação da despesa. Segundo Pinto e Santos (2005), ambos os termos devem ser utilizados pelas autarquias locais em conjunto, visto que de acordo com a sua natureza e objetividade, os termos em causa estão naturalmente relacionados. Deste modo, dentro das políticas orçamentais autárquicas, os dois conceitos visam garantir que os gastos e as prestações de serviços sejam executados conforme o que esteja previamente estipulado nas previsões orçamentais.

Segundo Bernardes (2001), com a aplicação e verificação da legalidade e regularidade financeira é possível precaver a segurança e a aplicabilidade dos fundos públicos bem como assegurar o cumprimento das regras propostas pela contabilidade pública. Contudo, embora a contabilidade pública tenha insistido e pressionado a utilização dos critérios de legalidade e regularidade financeira, estes demonstram algumas lacunas no que respeita à suficiência informacional. Estas lacunas são facilmente verificadas ao nível da contenção e otimização das despesas públicas.

Assim, tendo em conta que estes mecanismos não satisfazem as necessidades impostas pela contabilidade pública, as autarquias locais ponderam evoluir para conceitos que expliquem a despesa pública de uma outra ótica. Este facto deve-se à legalidade e regularidade financeira não permitirem averiguar e tirar as devidas conclusões sobre as políticas implementadas, forma como estas possibilitam alcançar as metas propostas, averiguar a forma como são aplicadas e se a maneira como são aplicadas é a mais eficiente e eficaz (Pinto & Santos, 2005).

### **2.3.2. Economia, eficiência e eficácia**

No seguimento do referido no ponto anterior, as autarquias têm a necessidade de evoluir para novas formas de gestão e controlo, de modo a acompanharem mais rigorosamente as temáticas de gestão privada. Esta evolução pretende que as autarquias concentrem mais as suas atenções na avaliação da economia, eficiência e eficácia financeira, descentralizando-se apenas os fatores de legalidade e regularidade financeira. Com estas mudanças procura-se também melhorar a qualidade e o tempo de resposta dos serviços prestados, de modo a atingir mais ponderadamente os objetivos propostos. (Pinto & Santos, 2005)

No que respeita ao conceito de economia, em termos de definição simplista, entende-se por economia financeira a obtenção dos recursos financeiros, humanos, físicos e materiais essenciais para garantir, em quantidade e qualidade, os meios necessários (Pinto & Santos, 2005 e Ferreira, 2014). Para uma completa definição e real economia deve ter-se em conta o fator tempo e dinheiro, sendo que é

alcançada a economia na sua totalidade quando forem adquiridos os recursos necessários no momento certo ao menor custo possível (International Federation of Accountants (1996), Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro). Por fim, é necessário avaliar a economia, sendo que esta avaliação não é de fácil concretização, visto que a economia relaciona vários fatores e por vezes de difícil avaliação.

De acordo com o International Federation of Accountants (1996) a eficiência financeira traduz-se facilmente no rácio entre as quantidades/qualidades de bens e serviços e os recursos, ou seja, uma autarquia local considera-se verdadeiramente eficiente sempre que conseguir atingir os resultados propostos com o menor volume de recursos possível. Segundo Pinto e Santos (2005) e Ferreira (2014), a eficiência financeira provém da relação entre os bens e serviços consumidos e os bens e serviços produzidos, isto é, a simples relação entre os serviços prestados e os recursos utilizados. Portanto, uma autarquia local diz-se eficiente quando, com determinados recursos alcança o máximo de resultado possível. A eficiência financeira está, geralmente, associada aos rendimentos dos serviços prestados ou bens produzidos e vendidos com o custo associado e à relação dos custos com o normal do setor. Em termos de avaliação, é possível avaliar a eficiência em termos monetários e não monetários, sendo que para concretizar esta avaliação é necessária a existência prévia de normas ou padrões para que seja possível proceder-se à comparação. Como aparenta esta avaliação é, normalmente, de difícil execução visto a difícil quantificação de alguns dos termos que participam neste “cálculo” de eficiência.

Em relação à eficácia, o International Federation of Accountants (1996) salienta que esta se resume ao simples processo que passa por alcançar os resultados previstos. Deste modo, a eficácia consiste no fornecimento dos bens ou serviços necessários para que a autarquia local tenha as condições de aplicar as suas políticas e atingir as metas previstas. Para Pinto e Santos (2005) e Ferreira (2012), a eficácia financeira de uma entidade traduz-se no mero cumprimento dos objetivos previamente propostos nos programas orçamentais. Esta definição explica, de certo modo, a razão pela qual grande parte das autarquias locais usa práticas orçamentais fundamentadas em objetivos. Relativamente à avaliação da eficácia, esta não pode ser executada sem que exista um planeamento prévio dos programas a serem realizados e uma correta definição e quantificação dos objetivos propostos. Assim, é de evidenciar o planeamento fundamentado em objetivos corretamente definidos e quantificados visto que, os objetivos têm grande importância e sem eles a avaliação da eficácia financeira não fará nenhum sentido. Contudo, não há dúvidas que todos os conceitos (economia, eficiência e eficácia) são úteis para quem toma decisão e analisa o desempenho e o cumprimento das políticas orçamentais das autarquias locais, mas estes requisitos ganham ainda mais força e credibilidade se forem analisados conjuntamente. De acordo com Pinto e Santos (2005), a economia, eficiência e a eficácia devem estar equilibradas visto que, de acordo com as suas naturezas, para uma autarquia se tornar eficaz pode facilmente não ser eficiente e vice versa.

## **2.4. Classificação da despesa pública**

De acordo com Almeida e Correia (1999) e o Decreto lei n.º 192/2015 de 11 de setembro mais concretamente a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental as despesas públicas devem ser classificadas tendo por base três classificações distintas: classificação económica, classificação funcional e classificação orgânica contudo, o Decreto lei n.º 192/2015 acima enunciado classifica ainda as despesas segundo uma classificação programática sendo que esta consiste sucintamente na classificação por programas ou desempenho.

Segundo Almeida e Correia (1999) e Azevedo (2018), a classificação económica tem como principal objetivo especificar a natureza económica das operações sendo que discrimina as despesas públicas consoante a sua forma económica distinguindo as despesas em despesas correntes e despesas de capital. De acordo com Luís (2002), as despesas públicas devem ainda ser subdivididas em quatro grupos sendo estes capítulos, grupos, artigos e números de forma a haver uma maior discriminação e organização da despesa. Por outro lado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, as despesas públicas não só devem ser classificadas em despesas correntes e despesas de capital, mas também devem ser discriminadas em três níveis de componentes, sendo estes: agrupamentos, subagrupamentos e rubricas Glossário de termos das finanças públicas (2018). Desta forma, as despesas correntes são entendidas como as despesas que apresentam carácter constante e afetam o património não duradouro da autarquia. Assim, as despesas de capital entendem-se pelas despesas que têm como resultado a alteração do património duradouro da autarquia, sendo exemplo destas as despesas associadas ao investimento e amortização de empréstimos.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de junho, o desajustamento da estrutura funcional das despesas públicas gerou uma necessidade de criação de um sistema mais desenvolvido e eficaz de forma a facilitar a análise dos gastos públicos e assim corrigir as lacunas orçamentais existentes na economia. Com o intuito de mudança foi elaborada uma reformulação da classificação funcional da despesa que teve como objetivo ajustar a classificação funcional ao modelo utilizado pelo Fundo Monetário Internacional, com vista a proporcionar um desenvolvimento no que respeita à interpretação das despesas públicas. Deste modo, foi possível evoluir o modelo de forma a afetar mais facilmente os recursos financeiros às diversas funções, identificar rubricas que não tinham importância para as autarquias locais e generalizar funções que estavam inadequadas de forma a facilitar várias alterações orçamentais possibilitando uma gestão mais flexível e ponderada.

Segundo Almeida e Correia (1999), a classificação funcional das despesas tem como objetivo dar informação do funcionamento da despesa e do grau de execução dos objetivos propostos pelas autarquias locais, para isso é realizada a agregação da despesa consoante as metas, funções ou finalidades dos serviços. De acordo com Almeida e Correia (1999), Luís (2002) e nos termos do glossário de termos das finanças públicas do Conselho das Finanças Públicas (CFP, 2015), a

organização funcional da despesa pública assenta em três níveis de desagregação distinguidos por códigos de três dígitos. Segundo o Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de junho e Orçamento de Estado (2018), a classificação funcional das despesas apresenta-se do seguinte modo:

1. Funções gerais de soberania

1.1.0 Serviços gerais da administração pública

1.2.0 Defesa Nacional

1.3.0 Segurança e ordem públicas

2. Funções sociais

2.1.0 Educação

2.2.0 Saúde

2.3.0 Segurança e ação sociais

2.4.0 Habitação e serviços coletivos

2.5.0 Serviços culturais, recreativos e religiosos

3. Funções económicas

3.1.0 Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca

3.2.0 Indústria e energia

3.3.0 Transportes e comunicações

3.4.0 Comércio e turismo

3.5.0 Outras funções económicas

4. Outras funções

4.1.0 Operações de dívida pública

4.2.0 Transferências entre administrações

4.3.0 Diversas não especificadas

De acordo com Almeida e Correia (1999), a classificação orgânica das despesas possibilita explorar as obrigações dos órgãos da administração local através da verificação do alcance de determinados

objetivos, ou seja, possibilita uma fácil avaliação e controlo dos órgãos administrativos transmitindo quando e como foram atingidos. De acordo com a Revisão do Classificador Orgânico (DGO, 2015), a classificação orgânica integra duas estruturas orgânicas relevantes em termos orçamentais, o ministério e a entidade pública, sendo que esta classificação é também chamada de classificação administrativa. Segundo Luís (2002), na classificação orgânica as despesas públicas são agrupadas segundo um complexo padrão organizacional de gestão autárquica, tendo em grande relevância os centros determinados para a realização da despesa. Estas respeitam também as contas do balanço e de resultados, encontrando-se as despesas agrupadas por classes. Segundo o glossário de termos das finanças públicas do Conselho das Finanças Públicas – CFP (2015), a classificação orgânica organiza-se por códigos que fazem corresponder os ministérios, secretarias de estado, capítulos, divisões e subdivisões orçamentais.

## **2.5 Determinantes das despesa pública**

Os estudos sobre os determinantes das despesas públicas por funções são ainda escassos e pouco desenvolvidos, embora exista alguma literatura sobre o tema. Desta forma, os autores estudados realizaram investigações sobre os determinantes das despesas públicas, associando-os a diferentes fatores de análise. Concretamente, Sanz e Velázquez (2002), Ollé (2005), Balmas (2015), Alcalde e Martín (2015) e Martins e Correia, (2015) elaboraram estudos sobre os determinantes da despesa pública, sendo que todos eles levantaram perguntas e temáticas diferentes, associadas aos determinantes da despesa pública. Sanz e Valázquez (2001), interrogaram-se sobre as necessidades de gastos ou a capacidade fiscal. Alcalde e Martín (2015) questionaram a responsabilidade do sistema de financiamento em relação à desigualdade dos gastos. Ollé (2015) estudou a mesma temática, associando o seu estudo à influência da composição da despesa na distribuição das despesas por funções. Balmas (2015) realizou uma comparação entre o governo local polaco e espanhol com o intuito de verificar o que determina a distribuição das despesas públicas em cada um dos diferentes países. Na mesma linha, Martins e Correia (2015) estudaram também os determinantes das despesas públicas, associando estes aos desvios orçamentais nos municípios portugueses.

Na Tabela 1 encontram-se descritas as diferentes abordagens dos estudos relacionados com os determinantes das despesas públicas.

**Tabela 1 – Estudos sobre os determinantes das despesas públicas.**

<b>Autor(es):</b>	<b>Abordagem</b>
<b>Balmas (2015)</b>	Determinantes das despesas públicas a um nível subnacional: comparação dos governos polaco e espanhol.
<b>Alcalde e Martín (2015)</b>	Determinantes dos gastos autónomos: é o sistema de financiamento das comunidades autónomas responsável pela desigualdade de gastos?
<b>Pérez e Cucarella (2016)</b>	Necessidades e gastos das comunidades autónomas.
<b>Ollé (2005)</b>	Determinantes dos gastos públicos locais: Necessidade de gasto ou capacidade fiscal?
<b>Sanz e Velázquez (2002)</b>	Determinantes da composição da despesas governamentais por funções.
<b>Amaral e Oliveira (2010)</b>	Composição da despesa pública e crescimento económico.
<b>Saraiva (2017)</b>	Eficiência das despesas por funções municipais: uma avaliação da Data Envelopment Analysis.
<b>Nogueira, Saraiva e Silva (2017)</b>	Análise das despesas públicas por funções nos municípios portugueses.
<b>Ferreira (2014)</b>	Estrutura funcional da despesa pública e crescimento económico.
<b>Martins e Correia (2015)</b>	Determinantes dos desvios orçamentais nos municípios portugueses.
<b>Mourão (2004)</b>	Determinantes da despesa pública em Portugal – uma avaliação econométrica.
<b>Sanz e Velásquez (2001)</b>	Evolução e convergência da composição das despesas governamentais nos países da OCDE: uma análise da distribuição funcional.
<b>Aragão, Sobral, Melo e Melo (2012)</b>	Impacto das despesas públicas por função no crescimento e economia brasileira.

Fonte: Elaboração própria.

Amaral e Oliveira (2010), Ferreira (2014), Nogueira, Saraiva e Silva (2017), Mourão (2004); Saraiva (2017) desenvolveram os seus estudos em temáticas associadas aos determinantes das despesas públicas, embora as suas principais abordagens não sejam diretamente ligadas aos determinantes da despesa pública. Assim, Amaral e Oliveira (2010), Ferreira (2014) estudaram a composição/estrutura da despesa pública associando-a ao crescimento económico. Mourão (2004), analisou os gastos públicos em Portugal, tendo em consideração a sua evolução ao longo dos tempos. Por fim, Nogueira, Saraiva e Silva (2017) e Saraiva (2017) realizaram trabalhos sobre as despesas públicas por funções, sendo que o primeiro analisou somente os municípios portugueses, enquanto que o segundo analisou as despesas públicas dando ênfase à eficiência financeira. Constata-se assim que nos últimos anos o estudo sobre os determinantes das despesas públicas tem crescido significativamente mais dentro do panorama internacional do que nacional, visto que os determinantes da despesa pública e a repartição

desta são considerados como as bases adequadas para avaliar e apontar a qualidade da despesa pública (Amaral & Oliveira, 2010).

Na tabela abaixo apresentam-se os objetos e objetivos que foram utilizados pelos autores para a realização dos seus estudos empíricos.

**Tabela 2 – Objeto e objetivos de investigação.**

<b>Autor(es):</b>	<b>Objeto</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Balmas (2015)</b>	Espanha: 1344 municípios Polónia: 307 municípios.	Investigar as diferenças entre o governo polaco e espanhol relativamente ao impacto de fatores políticos, geográficos e sociodemográficos ao nível da despesa pública.
<b>Alcalde e Martín (2015)</b>	17 comunidades autónomas de 2002 a 2012.	Estudar os fatores socioeconómicos determinantes na prestação de serviços públicos básicos.
<b>Ollé (2005)</b>	Municípios da província de Barcelona que apresentem mais de 5000 habitantes para o ano de 1996	Determinar a influência das necessidades das despesas públicas municipais de acordo com os diferentes níveis de despesa pública.
<b>Pérez e Cucarella (2016)</b>	Comunidades autónomas de 2012 a 2017	Analisar a suficiência e distribuição da despesa entre as comunidades autónomas.
<b>Sanz e Velázquez (2002)</b>	Países da OCDE no período 1970 a 1997	Analisar os determinantes da distribuição funcional da despesas públicas.
<b>Amaral e Oliveira (2010)</b>	Estados membros da União Europeia entre 1998 e 2008.	Analisar as tendências de evolução da despesa pública por funções na União Europeia.
<b>Saraiva (2017)</b>	308 municípios portugueses.	Analisar a eficiência das despesas por funções dos municípios portugueses,
<b>Nogueira, Saraiva e Silva (2017)</b>	308 municípios portugueses.	Analisar a eficiência das despesas por funções dos municípios portugueses,
<b>Ferreira (2014)</b>	Países da União Europeia	Compreender a importância da realocação da despesa pública enquanto fator potenciador do crescimento de uma economia no curto e longo prazo.
<b>Martins e Correia (2015)</b>	278 municípios de Portugal continental entre 2010 e 2012.	Verificar e compreender de que modo os desvios orçamentais influenciam os municípios portugueses.
<b>Mourão (2004)</b>	Despesas publicas portuguesas entre 1947 e 2002.	Descrever o comportamento dos gastos públicos e apontar os determinantes que expliquem o comportamento a longo prazo das despesas publicas.
<b>Sanz e Velásquez (2001)</b>	Países da OCDE no período 1970 a 1997	Verificar a existência de convergência relativamente à estrutura das despesas publicas por funções de atividade.
<b>Aragão, Sobral, Melo e Melo (2012)</b>	Despesas por função do estado brasileiro entre 1980 e 2010	Verificar o efeito das despesas publicas sobre o crescimento económico.

Fonte: Elaboração própria.

Através da análise da Tabela 2 pode constatar-se que foram objeto de estudo países ou municípios, sendo que algumas destas amostras foram recolhidas ao longo de vários anos o que permitiu aos autores em causa utilizarem metodologias diferentes, enfatizando o fator temporal.

A Tabela 3, abaixo apresentada, evidencia as metodologias utilizadas pelos diferentes autores, bem como a forma e as técnicas utilizadas para o tratamento e análise dos dados.

**Tabela 3 – Tratamento dos dados e metodologia de investigação.**

<b>Autor(es):</b>	<b>Tratamento dos dados</b>
<b>Balmas (2015)</b>	Estimação de equações para cada um dos países.
<b>Alcalde e Martín (2015)</b>	Análise de dados em painel. Regressões.
<b>Pérez e Cucarella (2016)</b>	Modelo de dados em painel com efeitos fixos; Modelo de dados em painel dinâmico. Estimação de equações para cada variável explicativa.
<b>Saraiva (2017)</b>	Análise de dados em painel. Análise descritiva exploratória; medidas de localização e dispersão; testes paramétricos e não paramétricos.
<b>Nogueira, Saraiva e Silva (2017)</b>	Análise envolvente de dados (DEA). Frequências, gráficos e medidas de localização e dispersão.
<b>Ferreira (2014)</b>	Análise descritiva exploratória. Software econométrico Eviews.
<b>Martins e Correia (2015)</b>	Modelo de estimação OLS com efeitos fixos. Testes de Hipóteses.
<b>Mourão (2004)</b>	Modelos pooled OLS. Análise de cointegração com séries I (1) e séries I(2).
<b>Sanz e Velásquez (2001)</b>	Sistema AIDS aplicado à teoria do eleitor mediano. Estimação de coeficientes de convergência.
<b>Aragão, Sobral, Melo e Melo (2012)</b>	Utilização de regressões. Método dos mínimos quadrados. Regressões múltiplas.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a análise da Tabela 3, é possível observar que são várias as metodologias e formas de tratamento dos dados utilizados pelos autores, sendo que variam entre regressões lineares e múltiplas (Sanz & Velázquez, 2001.; Aragón, Sobral, Melo & Melo, 2012.; Alcalde e Martín, 2015), análise descritiva e exploratória de dados (Nogueira, Saraiva & Silva, 2017.; Amaral & Oliveira, 2010; Saraiva, 2017), análise de dados em painel com efeitos fixos e variáveis (Ferreira, 2014; Martins & Correia, 2015.; Alcalde & Martín, 2015), análise de dados DEA (Saraiva, 2017) e estimações de equações para cada categoria de despesa pública (Ollé, 2005).

Verifica-se ainda que as metodologias e tratamentos de dados variam bastante consoante o autor e a temática em estudo. A razão pela qual existe esta variação passa pela natureza e substância das amostras obtidas para os estudos, visto que cada metodologia é mais adequada e eficiente conforme o ajuste à amostra em estudo.

Na tabela 4 estão expostas as variáveis dependentes e independentes utilizadas pelos diferentes autores, para dar resposta às respetivas questões de investigação.

**Tabela 4 – Variáveis dependentes e independentes.**

Autor (es):	Variáveis	
	Dependentes/Explicadas	Independentes/Explicativas
<b>Balmas (2015)</b>	Despesas totais; saúde; educação; cultura; infraestruturas.	Variáveis fiscais, sociodemográficas, geográficas; políticas; índice de descentralização fiscal.
<b>Alcalde e Martín (2015)</b>	Saúde; educação; serviços sociais.	Indicadores demográficos, geográficos, político-institucionais, económicos e financeiros.
<b>Pérez e Cucarella (2016)</b>	Saúde e educação.	Volume de população; necessidades de gasto padronizado; necessidades de gasto ajustado; índice de preços; peso salarial.
<b>Sanz e Velázquez (2002)</b>	Convergência das despesas.	Saúde; serviços públicos; educação; defesa; transportes e comunicação
<b>Amaral e Oliveira (2010)</b>	Crescimento económico.	Transportes e comunicações; educação; assuntos económicos; saúde; proteção civil; atividades recreativas; serviços públicos; defesa; habitação.
<b>Saraiva (2017)</b>	Serviços gerais de administração pública; educação; habitação; serviços culturais, recreativos e religiosos; transportes e comunicações.	Total de licenças concedidas; consumo total de energia elétrica; novas construções; nº de alunos pré primária; nº alunos de 1º, 2º e 3º ciclos; edifícios construídos; caudais efluentes produzidos; resíduos urbanos recolhidos; recintos de cinema.
<b>Nogueira, Saraiva e Silva (2017)</b>	Serviços gerais de administração pública; educação; habitação e serviços coletivos; serviços culturais, recreativos e religiosos; transportes e comunicações.	Localização; índice de interioridade.
<b>Ferreira (2014)</b>	Taxa de crescimento real do PIB per Capita.	Saúde; educação; proteção civil; assuntos económicos; serviços gerais de administração pública.
<b>Martins e Correia (2015)</b>	Desvios da receita e despesa; endividamento.	Económicas; políticas; institucionais e outras variáveis.
<b>Mourão (2004)</b>	Crescimento da despesa pública.	PIB real; nº de desempregados; nº funcionários da administração central; taxa de abertura da economia portuguesa; transferências correntes.
<b>Aragão, Sobral, Melo e Melo (2012)</b>	PIB per capita.	Administração e planeamento; previdência social; segurança pública; educação; cultura; agricultura e indústria.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os autores utilizam várias variáveis tanto para explicar (variáveis explicativas ou independentes) como para justificar os resultados fundamentados (variáveis explicadas ou dependentes), podendo notar-se que existe grande variedade de variáveis. Esta variedade, direta ou indiretamente, traduz-se em variáveis de carácter geral, carácter social e carácter económico.

Assim, as variáveis mais utilizadas pelos investigadores passam por despesas de Saúde, Educação (Pérez & Cucarella, 2016), infraestruturas (Balmas, 2015), Serviços Sociais (Alcalde & Martín, 2015). Amaral e Oliveira (2010), embora utilizem as variáveis já enunciadas aplicam ainda despesas de

transportes e comunicações, assuntos económicos, proteção civil, atividade recreativa, serviços públicos gerais e defesa.

Para além das variáveis já enunciadas acima, os autores utilizam ainda variáveis fiscais, sociodemográficas, geográficas, institucionais e económicas (Balmas, 2015; Alcalde & Martín, 2015; Nogueira, Saraiva & Silva, 2017). Há também autores que evidenciam variáveis relacionadas com o crescimento económico (Mourão 2004.; Amaral & Oliveira, 2010) e produto interno bruto (Aragão, Sobral, Melo & Melo, 2012; Ferreira, 2014).

Resumindo, verifica-se que as variáveis utilizadas pelos autores variam, em função da natureza e objetivo específico de cada trabalho. De realçar o facto de as variáveis mais relevantes para o estudo em questão são as variáveis de carácter mais geral (Serviços gerais de administração pública, Segurança e ordem publicas), social (Educação, Saúde, Segurança e Acção sociais, Habitação e serviços coletivos, Serviços culturais, recreativos e religiosos), económico (Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, Indústria e energia, Transportes e comunicações, Comércio e turismo, outras funções económicas) e outras funções. São também consideradas variáveis fiscais, geográficas, institucionais e económicas.

Ollé (2005) conclui que que as necessidades de despesa dos municípios são explicadas em 44% por gastos de habitante, 38% pela capacidade fiscal, 9% por fatores políticos e institucionais e 9% pela interdependência existente entre governos próximos. Alcalde e Martín (2015) constata que os fatores demográficos são relevantes, relativamente aos determinantes da despesa pública. Este facto explica que os serviços públicos apresentem economias de escala e restrições orçamentais que influenciam os níveis de gastos por habitante. Alcalde e Martín (2015) concluem ainda que ideologia política regional do governo influencia diretamente a quantidade de gastos públicos e que o sistema de financiamento do governo não tem repercussões significativas na distribuição de gastos sociais.

Balmas (2015), constata a existência de ciclos políticos tanto nos municípios espanhóis como nos municípios polacos, verificando o aumento dos gastos públicos nas funções de bens serviços e serviços públicos nos períodos pré-eleitorais. O autor conclui ainda que a manipulação excessiva dos agregados fiscais pode gerar endividamento nos governos locais e conseqüentemente impedir o crescimento das economias regionais. Martins e Correia (2015) constata que em 2012, dos 278 municípios Portugueses, 191 apresentam volume de despesa realizada superior ao volume de receita liquidada. Em ano de eleições legislativas o saldo orçamental é maior, por contrapartida os desvios da despesa são menores, o que significa que o poder político influencia diretamente a despesa pública. Conclui ainda que quanto maior é o poder de compra dos municípios menos enviesadas são as previsões de receita e por sua vez maior é a execução da despesa.

Em suma, todos os autores acima citados apresentam algumas semelhanças visto que todos eles tentam perceber quais são os determinantes da despesa pública. Assim, embora as temáticas dos estudos sejam as mesmas, os autores utilizam variáveis explicativas, metodologias e tratamentos de

dados diferentes, mediante os objetivos a que se propõe alcançar. Na maioria dos casos, dependendo do caso em estudo, os autores utilizam os gastos sociais, gastos com a educação e gastos com a saúde como variáveis dependentes e os fatores demográficos, fiscais e políticos como variáveis independentes. No que respeita à metodologia escolhida, tendo em conta que em todos os trabalhos analisados o fator tempo é relevante de acordo com a amostra, a metodologia mais utilizada, nestes casos, passa pela análise de dados em painel, estimativas de elasticidades e testes de hipóteses.

### **3. Estudio Empírico**

### **3.1. Objetivo, hipóteses de investigação e variáveis**

O problema de base deste estudo relaciona-se com a, cada vez maior, necessidade de conhecer os fatores determinantes das despesas públicas, no caso específico dos municípios. Pretende-se contribuir para que os gestores municipais, bem como as entidades externas de controlo, possam deter mecanismos que lhes permitam gerir e controlar a execução da despesa.

Pretende-se identificar fatores determinantes da execução das despesas por funções, nomeadamente funções gerais, sociais, económicas e outras, para o ano de 2016. Estuda-se este ano devido ao facto de grande parte dos municípios portugueses não publicarem os seus documentos de prestação de contas ou quando publicam, o período de tempo já é bastante desfasado em relação ao ano em que deveria ter sido efetuada a publicação.

O estudo enquadra-se na investigação quantitativa, considerando a necessidade de recorrer a instrumentos de análise estatística, na tentativa de validar as hipóteses definidas (Pardal & Correia, 1995). Amaratunga, Baldry, Sarshar e Newton (2002) referem que este tipo de investigação utiliza métodos quantitativos e experimentais, por forma a testar as hipóteses formuladas.

Esta investigação será exploratória, uma vez que se analisará uma amostra de municípios, obtida em função da disponibilização de dados sobre a despesa por funções nos sites dos mesmos. Deste modo, não se pretende extrapolar os resultados para a totalidade dos municípios portugueses, podendo, no entanto, ser um ponto de partida para investigações futuras.

De acordo com a revisão de literatura realizada, procede-se a uma adaptação, no sentido de se definir um grupo de hipóteses de investigação, com vista contribuir para a resolução da problemática de base. Deste modo, pensa-se que os determinantes das despesas por funções dos municípios poderão estar, fundamentalmente, relacionados com fatores institucionais e políticos.

Apresentam-se, de seguida, as várias hipóteses de investigação que serão testadas. De realçar que a escolha das mesmas, para além de estar relacionada com a revisão de literatura, está também relacionada com o acesso a dados fidedignos por município.

*H<sub>1</sub> - A localização (litoral/interior) influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>2</sub> - A dimensão influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>3</sub> - A população residente com menos de quinze anos influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>4</sub> - A população residente com mais de sessenta e cinco anos influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>5</sub> - A taxa de analfabetismo da população residente influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>6</sub> - O índice de poder de compra influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>7</sub> - O desemprego influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>8</sub> - A independência financeira influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>9</sub> - A forma de governação influencia as despesas por funções dos municípios*

*H<sub>10</sub> - A ideologia do partido de governa influencia as despesas por funções dos municípios*

Na Tabela 5 apresentam-se as variáveis independentes associadas a cada uma das hipóteses, a forma como são representadas/calculadas, bem como a fonte de informação da mesma.

A variável dependente é o valor das despesas por funções (Funções gerais de soberania (FGS), funções sociais (FS), funções económicas (FE) e outras funções (OF)) referente ao ano de 2016. Para que exista uma *standardização* da variável, o valor total das despesas será dividido pela população residente no município, pelo que se utilizará a despesa por funções *per capita*. Os dados foram recolhidos dos sites de cada município, através da análise dos documentos de prestação de contas.

**Tabela 5 – variáveis independentes**

Hipótese	Variável	Forma de cálculo	Fonte
H <sub>1</sub>	Localização (LOC)	Valor 1 para os município localizado no litoral Valor 0 para os município localizado no interior	Programa Nacional para a Coesão Territorial
H <sub>2</sub>	Dimensão (DIM)	Número de habitantes	Instituto Nacional de Estatística
H <sub>3</sub>	População com menos de 15 anos (POP<15)	Percentagem de população com menos de 15 anos	Instituto Nacional de Estatística
H <sub>4</sub>	População com mais de 65 anos (POP>65)	Percentagem de população com mais de 65 anos	Instituto Nacional de Estatística
H <sub>5</sub>	Analfabetismo (ANALF)	Taxa de analfabetismo	Instituto Nacional de Estatística
H <sub>6</sub>	Índice de poder de compra (IPC)	Índice de poder de compra	Instituto Nacional de Estatística
H <sub>7</sub>	Desemprego (DESEMP)	Número de desempregados	Instituto de Emprego e Formação Profissional
H <sub>8</sub>	Independência financeira (INDFIN)	Receitas próprias/Total das receitas	Portal Autárquico
H <sub>9</sub>	Forma de governação (FORGOV)	Valor 1 para o caso do município ser governado em maioria Valor 0 para o caso do município ser governado em minoria	Comissão Nacional de Eleições
H <sub>10</sub>	Ideologia política (IDEOL)	Valor 1 para o caso do município ser governado por partido de direita Valor 0 para o caso do município ser governado por partido de esquerda	Comissão Nacional de Eleições

Fonte: Elaboração própria.

### **3.2. Tratamento dos dados**

O estudo das várias hipóteses elencadas faz-se com recurso ao programa STATA, através do recurso às análises bivariada e multivariada.

A análise bivariada será efetuada, tendo por base a circunstância das variáveis independentes serem quantitativas ou dicotómicas (*dummy*), realizando-se os testes estatísticos que melhor se adequem às várias circunstâncias. Em relação às variáveis *dummy*, comparou-se a despesa per capita das funções gerais de soberania, das funções sociais, das funções económicas e das outras funções, em amostras independentes, com o propósito de determinar se as diferenças observadas se revelam estatisticamente significativas. Como o número de observações é superior a 30 e se trata de duas amostras independentes, recorreu-se ao teste *T-Student*.

Para as variáveis quantitativas utilizou-se o teste paramétrico do coeficiente de correlação de *Pearson*, pelo facto de existirem mais de 30 observações (Pestana & Gageiro, 2008).

A análise multivariada efetuou-se com o recurso ao modelo de regressão linear, por forma a avaliar se as variáveis independentes, no seu conjunto, explicam as despesas por funções dos municípios e de que forma. Neste sentido, empregou-se o modelo de regressão linear múltipla pelo método dos Mínimos Quadrados Generalizados (*Ordinary Least Squares*), dado pensar-se que as variáveis (independentes) que explicam as despesas por funções podem ser várias.

A estimação do modelo de regressão linear carece do cumprimento alguns pressupostos (Marôco, 2010), sendo necessário realizar vários testes para que essa análise seja efetuada. Para a análise da multicolinearidade utilizam-se os VIF (*Variance Inflation Factor*). Segundo o mesmo autor, se os valores VIF forem superiores a 10, viola-se o pressuposto, não se podendo aplicar a regressão linear múltipla. A heterocedasticidade é testada com o recurso ao teste *White*. O estudo da autocorrelação dos erros é efetuado com o recurso ao teste *Durbin-Watson*.

### **3.3 Caracterização da população/amostra**

Após a formulação das hipóteses de investigação, apresenta-se, de seguida, a caracterização da população (308 municípios) bem como da amostra (79 municípios) em estudo, considerando algumas das variáveis que serão utilizadas na análise univariada e multivariada.

#### **a) Localização**

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos municípios por localização, em função da posição geográfica, situados no interior ou no litoral.

**Tabela 6 – Localização dos municípios.**

Localização (LOC)	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Interior	195	63.30%	38	48.10%
Litoral	113	36.70%	41	51.90%
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>100.00%</b>	<b>79</b>	<b>100.00%</b>

Fonte: Elaboração própria.

A análise à Tabela 6 permite constatar que, no que concerne à população, 63.30% dos municípios localizam-se no interior. Já em relação à amostra observa-se que maioritariamente se situam no litoral (51.90%).

#### **b) Dimensão**

Para a definição da dimensão dos municípios, em função do número de habitantes, utiliza-se o critério de classificação de Carvalho, Fernandes e Camões (2018). Nesta conformidade, os municípios são classificados de pequena, média e grande dimensão, considerando o seguinte:

- Pequenos - com população menor ou igual a 20 000 habitantes;
- Médios - com população maior que 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes;
- Grandes - com população maior que 100 000 habitantes.

**Tabela 7 – Dimensão dos municípios.**

Dimensão (DIM)	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Pequena	185	60.10%	21	26.60%
Média	99	32.10%	46	58.20%
Grande	24	7.80%	12	15.20%
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>100.00%</b>	<b>79</b>	<b>100.00%</b>

Fonte: Elaboração própria.

É possível observar na Tabela 7 que na grande maioria os municípios portugueses se destacam como sendo de pequena dimensão, seguida dos de média dimensão. A amostra, alvo de estudo, apresenta uma maioria de municípios de média dimensão (58.20%), seguida dos de pequena dimensão.

### c) *Ideologia política*

No que se refere à ideologia política, definida como sendo de direita ou de esquerda, observa-se, pela a leitura da Tabela 8, que dos 308 municípios, 191, o que representa a maior parte, são governados por partidos de esquerda (62,01%). Já 37,99%, representando 117 municípios, são governados por partidos de direita.

**Tabela 8 – Ideologia política da governação dos municípios.**

Ideologia (IDEOL)	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Esquerda	191	62.01%	45	56.96%
Direita	117	37.99%	34	43.04%
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>100.00%</b>	<b>79</b>	<b>100.00%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à amostra, constata-se que os municípios governados por partidos de esquerda também representam a maioria dos 79 em estudo.

### d) *Analfabetismo*

Relativamente ao analfabetismo, apresenta-se, na Tabela 9, a taxa em função da dimensão do município. Verifica-se, tanto para a população como para a amostra, que o analfabetismo é maior nos municípios de pequena dimensão.

**Tabela 9 – Analfabetismo por dimensão do município.**

Analfabetismo (ANALF)	Média	
	População	Amostra
Pequena	9.78	10.80
Média	6.27	6.00
Grande	4.18	3.78
<b>Global</b>	<b>8.16</b>	<b>6.94</b>

Fonte: Elaboração própria.

Saliente-se que o analfabetismo é inversamente proporcional à dimensão do município. Na amostra o analfabetismo é de 10.80 nos municípios de pequena dimensão, 6.00 nos de média e 3.78 nos de grande dimensão. De realçar que a taxa de analfabetismo apresenta uma média maior nos 308 municípios (8.16) que nos da amostra (6.94).

### **e) Independência financeira**

Para Carvalho et al. (2018), os municípios apresentam independência financeira (autonomia financeira), quando as receitas próprias apresentem, pelo menos, 50% das receitas totais. Nestes termos, a análise à Tabela 10, permite considerar que uma grande parte dos municípios portugueses não têm independência financeira.

**Tabela 10** – Distribuição dos municípios por independência financeira.

<b>Independência Financeira (IND_FIN)</b>	<b>População</b>		<b>Amostra</b>	
	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Com Independência	91	29.50%	31	39.20%
Sem Independência	217	70.50%	48	60.80%
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>100.00%</b>	<b>79</b>	<b>100.00%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à amostra a evidência é idêntica, pelo que 60.80% dos municípios não têm independência financeira.

## **3.4. Análise e discussão dos resultados**

### **3.4.1. Análise descritiva**

Neste ponto apresenta-se a análise das estatísticas descritivas das despesas das várias categorias do grupo de funções (Funções gerais de soberania (FGS), Funções sociais (FS), Funções económicas (FE) e Outras funções (OF)), considerando as várias características da amostra. Deste modo, estudam-se as despesas por funções, tendo em conta a localização, a independência financeira e a ideologia política. Far-se-á a análise para a amostra, que é constituída despesas públicas e as suas várias vertentes, bem como a revisão de literatura do tema. por 79 municípios, para o ano de 2016.

#### **a) Despesa por funções por localização**

No que concerne às estatísticas descritivas das despesas por funções dos municípios (Tabela 11), tendo por base a localização, parece existir evidência de que são diferentes em função dos mesmos se situarem no interior ou no litoral. As despesas da FGS dos municípios situados no interior apresentam uma média (54.50) superior à dos situados no litoral (média de 47.31). Observa-se o mesmo em relação às FS, FE e OF.

Realça-se que, em todas as funções, as médias dos municípios do interior são sempre superiores à média da totalidade dos municípios da amostra.

**Tabela 11 – Despesa por funções por localização.**

Localização (LOC)	N	FGS	FS	FE	OF
<b>Interior</b>	38	54.50 (Min:3.70; Max:274.92)	201.81 (Min:10.50; Max:1003.61)	110.79 (Min:3.31; Max:753.81)	53.00 (Min:0.00; Max:223.03)
<b>Litoral</b>	41	47.31 (Min:1.17; Max:456.03)	114.65 (Min:1.23; Max:799.15)	55.41 (Min:0.00; Max:440.09)	49.96 (Min:0.00; Max:647.18)
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>50.77</b> <b>(Min:1.17; Max:456.03)</b>	<b>156.57</b> <b>(Min:1.23; Max:1003.61)</b>	<b>82.05</b> <b>(Min:0.00; Max:753.81)</b>	<b>51.42</b> <b>(Min:0.00; Max:647.18)</b>

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se que, quer os municípios do interior como os do litoral, apresentam uma média de despesa maior na FS, seguida da FE, OF e FGS. O mesmo se observa para o total da amostra.

As evidências descritas parecem evidenciar que os vários grupos de despesas por funções dos municípios do interior são maiores do que os do litoral. Nestas circunstâncias, poderá existir a possibilidade de validação da hipótese de que a localização influencia as despesas por funções.

#### **b) Despesa por funções por independência financeira**

Os municípios apresentam independência financeira quando as suas receitas próprias representam mais de 50% das receitas totais (Carvalho et al. (2018). Neste contexto, será provável que, pelo facto de os municípios possuírem, ou não, independência financeira, esta possa influenciar a realização das despesas por funções.

**Tabela 12 – Despesa por funções por independência financeira.**

Independência Financeira	N	FGS	FS	FE	OF
<b>Sem Independência</b>	48	50.59 (Min:1.18; Max:274.92)	187.08 (Min:1.82; Max:1003.61)	103.80 (Min:1.55; Max:753.81)	45.98 (Min:0.00; Max:223.03)
<b>Com Independência</b>	31	51.04 (Min:1.17; Max:456.03)	109.33 (Min:1.23; Max:332.79)	48.37 (Min:0.00; Max:287.45)	59.85 (Min:0.00; Max:647.18)
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>50.77</b> <b>(Min:1.17; Max:456.03)</b>	<b>156.57</b> <b>(Min:1.23; Max:1003.61)</b>	<b>82.05</b> <b>(Min:0.00; Max:753.81)</b>	<b>51.42</b> <b>(Min:0.00; Max:647.18)</b>

Fonte: Elaboração própria

Pode observar-se que o valor médio da despesa da FS e da FE apresentam valores mais altos nos municípios sem independência financeira, do que nos que a possuem. Em relação à FGS e OF verifica-

se o contrário. Considerando os valores médios, parece existir evidência de que existem diferenças significativas na execução das despesas por funções, apenas na FS e FE, em função dos municípios terem, ou não, independência financeira.

**c) Despesa por funções por ideologia política**

No que respeita às estatísticas descritivas das despesas por funções dos municípios (Tabela 15), tendo por base a ideologia política, observa-se que, ao contrário do espectável, os municípios governados por partidos de direita apresentam uma média das despesas da FS superiores à dos que são governados por partidos de esquerda.

Os municípios governados por partidos de direita são mais propensos para a realização de despesas da FE, do que os governado por partidos de esquerda, facto que se comprova na análise aos valores constantes na Tabela 13.

**Tabela 13 – Despesa por funções por ideologia política.**

<b>Ideologia Política</b>	<b>N</b>	<b>FGS</b>	<b>FS</b>	<b>FE</b>	<b>OF</b>
<b>Esquerda</b>	45	51.37 (Min:1.17; Max:456.03)	154.82 (Min:1.23; Max:799.15)	70.69 (Min:0.00; Max:440.09)	64.32 (Min:0.00; Max:647.18)
<b>Direita</b>	34	49.97 (Min:1.18; Max:184.96)	158.89 (Min:10.14; Max:1003.61)	97.09 (Min:4.50; Max:753.81)	34.36 (Min:0.00; Max:380.52)
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>50.77</b> (Min:1.17; Max:456.03)	<b>156.57</b> (Min:1.23; Max:1003.61)	<b>82.05</b> (Min:0.00; Max:753.81)	<b>51.42</b> (Min:0.00; Max:647.18)

Fonte: Elaboração própria

Em relação às despesas da FGS e OF, atesta-se que os municípios governados por partidos de esquerda apresentam valores mais baixos, quando comparados com os governados por partidos de direita.

**3.4.2. Análise dos resultados**

**a) Análise bivariada**

A análise bivariada será efetuada com o intuito de avaliar a relação existente entre as variáveis independentes e as despesas por funções (Funções gerais de soberania (FGS), Funções sociais (FS), Funções económicas (FE) e Outras funções (OF)), com recurso aos testes estatísticos que melhor se coadunam com as várias situações. Para tal utiliza-se o software STATA.

No que concerne às variáveis dummy, comparam-se os valores dos indicadores, em amostras independentes, por forma a determinar se se observam diferenças estatisticamente significativas, de acordo com as hipóteses definidas. Em relação às variáveis quantitativas, atesta-se a existência de relações significativas com os indicadores.

Considerando que as observações são superiores a 30, Pestana (2008) refere que será possível aplicar o teste paramétrico T-Student ou o teste One-Away ANOVA, respetivamente para duas ou mais de três amostras independentes.

### 1) *Funções gerais de soberania*

Os resultados do teste T-Student, apresentados na Tabela 16, indicam que, para um nível de significância de 5%, não existe associação entre as despesas das FGS e a localização dos municípios. Os municípios do interior apresentam médias maiores do que os do litoral. No entanto, não se obtêm resultados estatisticamente significativos que comprovem que apresentam valor da despesa das FGS maior.

No tocante à forma de governação, observa-se que as médias são muito similares, verificando-se para um nível de significância de 5%, que não existe associação entre as despesas das FGS e a forma de governação em maioria ou minoria.

Os resultados relacionados com a ideologia política também não permitem associar a ideologia do partido que governa o município com as despesas das FGS.

**Tabela 14 – Teste T-Student – Funções gerais de soberania.**

		<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>t</b>	<b>Sig.</b>
<b>Localização</b>	Interior	38	54.50	56.05		
	Litoral	41	47.31	78.80	0.464	0.644
<b>Forma de Governação</b>	Minoria	15	53.37	114.26		
	Maioria	64	50.16	53.86	0.163	0.871
<b>Ideologia Política</b>	Esquerda	45	51.37	79.56		
	Direita	34	49.97	51.37	0.089	0.929

Fonte: Elaboração própria

Para a análise das variáveis quantitativas, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson, dado que a população apresenta mais do que 30 observações.

**Tabela 15 – Correlação de *Pearson* – Funções gerais de soberania.**

	FGS	DIM	POP<15	POP>65	ANALF	IPC	DESEMP	INDFIN
FGS	1.000							
DIM	-0.229 *	1.000						
POP<15	-0.059	0.328 *	1.000					
POP>65	0.123	-0.421 *	-0.672 *	1.000				
ANALF	0.205	-0.653 *	-0.538 *	0.699 *	1.000			
IPC	-0.095	0.618 *	0.239 *	-0.214	-0.666 *	1.000		
DESEMP	-0.165	0.830 *	0.362 *	-0.334 *	-0.567 *	0.487 *	1.000	
INDFIN	0.003	0.519 *	0.270 *	-0.230 *	-0.504 *	0.634 *	0.447 *	1.000

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados constantes da Tabela 15 permitem, considerando um nível de significância de 5%, verificar que apenas a variável independente DIM apresenta correlação significativa com as despesas das FGS, sendo seu determinante.

A correlação da variável DIM com as despesas das FGS apresenta-se negativa, podendo, desta forma, concluir-se que os municípios de maior dimensão apresentam valores da despesa das FGS menores.

## 2) *Funções sociais*

Seguindo a mesma metodologia, tentou-se perceber se a despesa das FS era influenciada pela localização. Os resultados do teste T-Student (Tabela 16), indicam que, para um nível de significância de 5%, existe associação entre as despesas das FS e a localização dos municípios, podendo a firmar-se esta influencia a primeira. Constata-se que os municípios do interior (201.81) apresentam médias maiores do que os do litoral (114.65), o que evidencia uma maior propensão dos primeiros para a realização de despesas sociais.

Em relação à forma de governação, observa-se, para um nível de significância de 5%, que também existe associação entre as despesas das FS e a forma de governação em maioria ou minoria. Constata-

se, tendo por base os resultados, a existência de evidência estatisticamente significativa que comprova que os municípios governados em maioria (174.57) são mais propensos a realizar despesas das FS que os governados em minoria (79.77).

**Tabela 16 – Teste T-Student – Funções sociais.**

		N	Média	Desvio Padrão	t	Sig.
<b>Localização</b>	Interior	38	201.81	182.91		
	Litoral	41	114.65	136.53	2.412	0.018
<b>Forma de Governação</b>	Minoria	15	79.77	41.36		
	Maioria	64	174.57	130.55	-2.038	0.045
<b>Ideologia Política</b>	Esquerda	45	154.82	155.36		
	Direita	34	158.89	180.16	-0.108	0.914

Fonte: Elaboração própria

Quanto à ideologia política, os resultados também não permitem associar a mesma com as despesas das FGS.

**Tabela 17 - Correlação de Pearson – Funções sociais.**

	FS	DIM	POP<15	POP>65	ANALF	IPC	DESEMP	INDFIN
<b>FS</b>	1.000							
<b>DIM</b>	-0.293 *	1.000						
<b>POP&lt;15</b>	-0.078	0.328 *	1.000					
<b>POP&gt;65</b>	0.142	-0.421 *	-0.672 *	1.000				
<b>ANALF</b>	0.355 *	-0.653 *	-0.538 *	0.699 *	1.000			
<b>IPC</b>	-0.248 *	0.618 *	0.239 *	-0.214	-0.666 *	1.000		
<b>DESEMP</b>	-0.260 *	0.830 *	0.362 *	-0.334 *	-0.567 *	0.487 *	1.000	
<b>INDFIN</b>	0.231 *	0.519 *	0.270 *	-0.230 *	-0.504 *	0.634 *	0.447 *	1.000

Fonte: Elaboração própria

A análise à Tabela 17 permite verificar, para um nível de significância de 5%, que as variáveis independentes DIM, ANALF, IPC, DESEMP e INDFIN apresentam correlação significativa com a variável dependente. Neste sentido, considera-se que poderão ser determinantes das despesas das FS dos municípios.

As variáveis independentes DIM, IPC e DESMP apresentam valores estatisticamente significativos, evidenciando uma correlação negativa com as despesas das FS. Já as variáveis ANALF e INDFIN apresentam uma correlação positiva, deste modo, pode concluir-se que:

- Os municípios de maior dimensão, com maior índice de poder de compra e maior desemprego apresentam despesas das FS menores;

- Os municípios com maior taxa de analfabetismo e maior independência financeira evidenciam valores mais altos nas despesas das FS.

### 3) Funções Económicas

A despesa das FE dos municípios parece, para um nível de significância de 5%, ser afetada pela localização (Tabela 18). Pode concluir-se, considerando os resultados, que existe associação entre as despesas das FE e a localização dos municípios. Deste modo, os municípios do interior (110.79) apresentam médias maiores do que os do litoral (55.41), o que permite afirmar que os primeiros têm uma maior propensão para a realização de despesas económicas.

**Tabela 18** - Teste *T-Student* – Funções económicas.

		N	Média	Desvio Padrão	t	Sig.
<b>Localização</b>	Interior	38	110.79	152.42		
	Litoral	41	55.41	74.74	2.074	0.041
<b>Forma de Governação</b>	Minoria	15	43.11	57.55		
	Maioria	64	91.17	130.27	-1.392	0.168
<b>Ideologia Política</b>	Esquerda	45	70.34	96.19		
	Direita	34	97.06	148.02	-0.959	0.340

Fonte: Elaboração própria

Quanto à forma de governação e ideologia política, não se obteve evidência estatisticamente significativa que permita associá-las com o valor das despesas sociais.

Para tentar perceber se a despesa das FE é influenciada pelas diferentes variáveis quantitativas, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson.

Como se pode observar na Tabela 19, considerando um nível de significância de 5%, as variáveis independentes ABALF, IPC e INDFIN apresentam correlação significativa com a variável dependente. Considera-se, nestas circunstâncias, que são determinantes do valor das despesas das FE.

**Tabela 19 - Correlação de Pearson – Funções económicas.**

	FE	DIM	POP<15	POP>65	ANALF	IPC	DESEMP	INDFIN
FE	1.000							
DIM	-0.211	1.000						
POP<15	0.063	0.328 *	1.000					
POP>65	0.066	-0.421 *	-0.672 *	1.000				
ANALF	0.337 *	-0.653 *	-0.538 *	0.699 *	1.000			
IPC	-0.264 *	0.618 *	0.239 *	-0.214	-0.666 *	1.000		
DESEMP	-0.194	0.830 *	0.362 *	-0.334 *	-0.567 *	0.487 *	1.000	
INDFIN	-0.225 *	0.519 *	0.270 *	-0.230 *	-0.504 *	0.634 *	0.447 *	1.000

Fonte: Elaboração própria

As variáveis IPC e INDFIN evidenciam uma correlação negativa com as despesas das FE. Já a variável ANALF apresenta uma correlação positiva. Pode concluir-se, desta forma, que:

- Os municípios com maior índice de poder de compra e maior independência financeira apresentam despesas das FE menores;
- Os municípios com maior taxa de analfabetismo evidenciam valores mais altos nas despesas das FE.

#### **4) Outras Funções**

Considerando os resultados do teste T-Student (Tabela 20), percebe-se, para um nível de significância de 5%, que existe associação entre as despesas das OF e a forma de governação (minoridade ou maioria) dos municípios. Os municípios governados em minoria apresentam médias maiores do que os governados em maioria.

No que concerne à localização e ideologia política, observa-se, para um nível de significância de 5%, que não existe associação com as despesas das OF.

**Tabela 20** - Teste *T-Student* – Outras funções.

		N	Média	Desvio Padrão	t	Sig.
<b>Localização</b>	Interior	38	53.00	65.73		
	Litoral	41	49.96	115.53	0.142	0.887
<b>Forma de Governação</b>	Minoria	15	94.65	182.71		
	Maioria	64	41.29	55.20	2.010	0.048
<b>Ideologia Política</b>	Esquerda	45	64.32	108.4		
	Direita	34	34.36	69.53	1.407	0.164

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos resultados do teste do coeficiente de correlação de *Pearson* (Tabela 21), verifica-se que nenhuma das variáveis independente apresenta correlação com as despesas das OF. Pode referir-se, deste modo, que nenhuma das variáveis é fator determinante da despesa das OF, contrariamente ao que se verifica nas FGS, FS e FE.

**Tabela 21** - Correlação de *Pearson* – Outras funções.

	OF	DIM	POP<15	POP>65	ANALF	IPC	DESEMP	INDFIN
<b>OF</b>	1.000							
<b>DIM</b>	-0.129	1.000						
<b>POP&lt;15</b>	0.042	0.328 *	1.000					
<b>POP&gt;65</b>	0.154	-0.421 *	-0.672 *	1.000				
<b>ANALF</b>	0.083	-0.653 *	-0.538 *	0.699 *	1.000			
<b>IPC</b>	0.042	0.618 *	0.239 *	-0.214	-0.666 *	1.000		
<b>DESEMP</b>	-0.056	0.830 *	0.362 *	-0.334 *	-0.567 *	0.487 *	1.000	
<b>INDFIN</b>	0.072	0.519 *	0.270 *	-0.230 *	-0.504 *	0.634 *	0.447 *	1.000

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 22 apresenta-se um resumo dos determinantes da despesa dos quatro grandes grupos FGS, FS, FE e OF, considerando os resultados da análise bivariada.

Assim, demonstrar-se que as variáveis LOC, FGOV, DIM, ANALF, IPC, DESEMP e INDFIN são determinantes de algum tipo de despesa por funções dos municípios.

Considerando o sinal da associação de LOC, conclui-se que os municípios localizados no interior apresentam um sinal positivo com as despesas da FS e FE, sendo seu determinante.

**Tabela 22** - Determinantes das despesas por funções – Análise bivariada.

Variável	FGS	FS	FE	OF
LOC		(+)	(+)	
FGOV		(-)		(+)
DIM	(-)	(-)		
POP<15				
POP>65				
ANALF		(+)	(+)	
IPC		(-)	(-)	
DESEMP		(-)	(-)	
INDFIN		(+)	(-)	

Fonte: Elaboração própria

Realça-se que a forma de governação apresenta associação de sinal contrário, tratando-se de despesas da FS ou OF. Neste sentido, os municípios governados em maior apresentam menores despesas da FS do que os governados em minoria. Em relação às despesas das OF a associação é contrária, isto é, os municípios governados em maioria evidenciam maiores despesas.

A independência financeira também está associada com as despesas da FS e da FE, mas com sinais contrários. Assim, observa-se que os municípios com maior independência financeira são os que apresentam maior valor de despesas na FS. O contrário acontece nas despesas da FE.

Os determinantes DIM, IPC e DESEMP apresentam sinal negativo em relação às despesas da FGS e FS, o primeiro, e em relação a FS e FE, os restantes, concluindo-se:

- Os municípios de maior dimensão apresentam menores despesas nas FGS e FS;
- Os municípios com maior índice de poder de compra e maior desemprego apresentam menores despesas nas FS e FE;

Já o determinante ANALF apresenta sinal positivo em relação às despesas com as FS e FE, pelo que os municípios com maior taxa de analfabetismos são também os que apresentam maiores despesas nas duas funções

**b) Análise multivariada**

Para complementar os resultados da análise bivariada, isto é, validar se as relações obtidas para cada variável se confirmam, apresentam-se os resultados da análise multivariada. Definiu-se um modelo de regressão linear múltipla, tendo por base as hipóteses elencadas, para as despesas dos quatro grandes grupos FGS, FS, FE e OF, que serão a variável dependente. Neste contexto, o modelo a testar será o seguinte:

$$\mathbf{FGS, FS, FE e OF} = \alpha + \beta_1 \text{LOC} + \beta_2 \text{DIM} + \beta_3 \text{POP} < 15 + \beta_4 > 65 + \beta_5 \text{ANALF} + \beta_6 \text{IPC} + \beta_7 \text{DESEMP} + \beta_8 \text{INDFIN} + \beta_9 \text{FORGOV} + \beta_{10} \text{IDEOL}$$

A estimação do modelo de regressão linear múltiplo foi executada pelo Método dos Mínimos Quadrados Generalizados (OLS).

A estimação do modelo apenas faz sentido quando cumpridos determinados pressupostos. Neste sentido procedeu-se à realização de vários testes que permitem analisar a multicolinearidade e a heterocedasticidade.

No que concerne à multicolinearidade, observa-se, na Tabela 23, que nenhuma variável apresenta o valor de VIF superior a 10, pelo que não existe violação do pressuposto. Acresce o facto dos valores da tolerância (1/VIF) não estarem próximos de zero, o que significa, como refere Marôco (2010), que os coeficientes de regressão são estáveis na magnitude e no sinal.

**Tabela 23** - VIF do Modelo de Regressão Linear Múltipla – Funções gerais de soberania.

Variável	VIF	1/VIF
ANALF	5.65	0.1771
DIM	4.71	0.2122
DESEMP	3.68	0.2714
POP>65	3.61	0.2771
IPC	3.58	0.2795
LOC	2.32	0.4315
POP<15	2.15	0.4662
INDFIN	1.91	0.5231
FORGOV	1.22	0.8163
IDEOL	1.07	0.9323

Fonte: Elaboração própria

Em relação à heterocedasticidade, os resultados da aplicação do teste White demonstram que o pressuposto é violado. Assim, como sugere Veloso e Bornhold (2016), a estimação foi realizada utilizando-se a ferramenta (vce) robust do STATA, o que permite colmatar o problema.

Os resultados do teste F permitem atestar que, para um nível de significância de 1%, existe evidência estatística significativa, que permite afirmar que os regressores apresentam valores diferentes de zero

e explicam, conjuntamente e de forma satisfatória, as variações verificadas nas despesas das FGS e das FS. Não se obtém evidência estatística significativa para os modelos das FE e OF, pelo que apenas se apresenta a análise dos resultados obtidos para as FGS e FS.

Os resultados da estimação do modelo dos determinantes das FGS apresentam um R2 relativamente baixo de 0.11, pelo que as variáveis independentes explicam apenas 11% das variações verificadas nas despesas das FGS.

**Tabela 24** - Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla (Funções gerais de soberania, Funções sociais, Funções económicas e Outras funções).

Variável	FGS (1)	FS (2)	FE (3)	OF (4)
LOC	24.80 (1.45)	4.20 (0.07)	-0.64 (-0.01)	-2.54 (-0.12)
DIM	-0.0005*** (-2.82)	-0.0006 (-0.91)	0.0001 (0.31)	-0.0004 (-0.86)
POP<15	-18.71 (-0.06)	353.20 (0.23)	1091.00 (1.15)	881.00 (1.51)
POP>65	-187.90 (-0.83)	-650.5 (-0.96)	-393.10 (-0.85)	370.70 (1.31)
ANALF	8.82** (2.44)	27.63*** (2.84)	23.89** (2.27)	2.06 (0.37)
IPC	0.57 (0.80)	2.33** (2.15)	0.82 (1.02)	0.14 (0.18)
DESEMP	0.003 (0.44)	0.002 (0.16)	-0.002 (-0.22)	0.001 (0.13)
INDFIN	18.46 (0.76)	-27.24 (-0.66)	-22.65 (-0.84)	22.68 (0.89)
FORGOV	-5.90 (-0.17)	73.27** (2.42)	12.76 (0.56)	-55.92 (-1.21)
IDEOL	2.84 (0.19)	2.92 (0.10)	18.77 (0.82)	-26.03 (-1.32)
_cons	-11.22 (-0.18)	-164.20 (-0.73)	-222.20 (-1.53)	-100.90 (-0.92)
F	3.306***	4.625***	1.187	1.194
R <sup>2</sup>	0.11	0.19	0.23	0.16
N	79	79	79	79

\* p<0.10, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.01

Fonte: Elaboração própria

Atesta-se, para um nível de significância máximo de 5%, que as variáveis DIM e ANALF apresentam estatística significativa. Deste modo, constata-se que, em relação a DIM, os resultados estão em consonância com os da análise bivariada. Quanto a ANALF, não apresentou significância estatística na análise bivariada e apresenta-a na estimação do modelo pelo OLS. Os resultados permitem, deste modo, concluir:

- Os municípios de maior dimensão apresentam despesas das FGS mais baixas;
- A taxa de analfabetismo influencia, positivamente, a realização de despesas das FGS dos municípios.

De realçar que não se obteve evidência estatística significativa em relação a LOC, POP<15, POP>65, IPC, DESEMP, INDFIN, FORGOV e IDEOL.

O modelo dos determinantes das despesas das FS evidencia um R2 de 0.19, constatando-se, desta forma, que as variáveis independentes explicam 19% das variações que ocorrem nas despesas dessas funções.

Para um nível de significância de 5%, observa-se que as variáveis ANALF, IPC e FORGOV apresentam estatística significativa. No que concerne à variável DIM, os resultados estão em conformidade com os da análise bivariada. Já em relação às variáveis IPC e FORGOV, constata-se que apresentam resultados contraditórios em relação à análise bivariada. Assim, em relação à estimação do modelo, conclui-se:

- A taxa de analfabetismo influencia, positivamente, a realização de despesas das FS dos municípios;
- Os municípios com maior índice de poder de compra apresentam maior valor das despesas nas FS;
- Os municípios governados por partidos de direita apresentam maior valor das despesas nas FS;

No que se refere às variáveis LOC, DIM, DESEMP e INDFIN observa-se que não revelaram significância estatística, pelo que não permite validar os resultados das relações comprovadas na análise bivariada.

### **3.4.3. Discussão dos resultados**

Os municípios têm recursos limitados, o que leva a que tenham que gerir, de forma eficiente, a sua despesa, evitando, desta forma, endividamento excessivo. Considerando as várias funções que lhes

estão acometidas, será expectável que os gestores municipais tenham que tomar decisões sobre o tipo de despesas que pretendem fazer, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas dos seus municípios. Neste contexto, revele-se de extrema importância que conheçam as determinantes da despesa públicas das diferentes funções, por forma a que possam agir de forma proactiva.

A discussão dos resultados poderá contribuir para melhorar a forma como são executadas as despesas nos municípios, considerando que os responsáveis municipais terão informação sobre os determinantes das mesmas, por funções.

Na Tabela 25 apresentam-se os resultados relacionados com cada hipótese. Procede-se à validação da hipótese sempre que se tenha verificado evidência estatística significativa em pelo menos um tipo de análise, isto é, bivariada ou multivariada e em pelo menos uma das funções. Quando o sinal da relação é oposto nas duas análises, não se procede à validação da hipótese. Nestes termos, validam-se as hipóteses H1, H2, H5, H6, H7, H8 e H9.

**Tabela 25 - Validação das Hipóteses.**

Hipótese	Variável	FGS			FS			FE			OF		
		AB	AM	HV	AB	AM	HV	AB	AM	HV	AB	AM	HV
H <sub>1</sub>	LOC				(+)		✓	(+)		✓			
H <sub>2</sub>	DIM	(-)	(-)	✓	(-)		✓						
H <sub>3</sub>	POP<15												
H <sub>4</sub>	POP>65												
H <sub>5</sub>	ANALF		(+)	✓	(+)	(+)	✓	(+)		✓			
H <sub>6</sub>	IPC				(-)	(+)	?	(-)		✓			
H <sub>7</sub>	DESEMP				(-)		✓	(-)		✓			
H <sub>8</sub>	INDFIN				(+)		✓	(-)		✓			
H <sub>9</sub>	FORGOV				(-)	(+)	?				(+)		✓
H <sub>10</sub>	IDEOL												

AB: Análise bivariada, AM: Análise multivariada, HV: Hipótese validada

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar na Tabela 25, **valida-se H<sub>1</sub>** em relação às despesas das FS e FE. Deste modo, corrobora-se a ideia de que os municípios do litoral apresentam despesas das funções social e económica mais altas. Esta evidência poderá indicar que os municípios de litoral evidenciam problemas sociais e económicos, que muitas vezes são colmatados pelo município. Em relação às despesas das FGS e OF não se obteve evidência estatística significativa que permita validar a hipótese.

No que respeita à dimensão, os resultados permitem **validar H<sub>2</sub>**, pelo que quanto maior for o município, menores serão as despesas das FGS e FS. Esta constatação parece evidenciar que os municípios de maiores dimensões conseguem obter algumas sinergias, aquando da realização das despesas. Os resultados não permitem validar a hipótese para as despesas das FE e OF.

A hipótese relacionada com o ANALF é corroborada para todos os grupos da despesa, com a exceção das OF, pelo que se **valida H<sub>5</sub>**. Este resultado permite afirmar que os municípios com maiores taxas de analfabetismo evidenciam maior necessidade de execução de despesas gerais, sociais e económicas.

Em relação a **H<sub>6</sub>**, apenas se valida para as despesas da FE. Constata-se, neste contexto, que quanto maior for o IPC menores serão as despesas económicas, o que poderá evidenciar que um maior rendimento dos municípios leva a que estes tenham uma melhor atuação ao nível económico, através de vários tipos investimentos. Desta forma, não se verifica uma necessidade de despesa por parte do município. Em relação às despesas das FS, obteve-se resultados significativos, mas contraditórios, na análise bivariada e multivariada, pelo que não se valida a hipótese.

Os resultados obtidos permitem, também, **validar H<sub>7</sub>** para as despesas das FS e FE. Neste sentido, observa-se que quanto maior é o desemprego, menores são as despesas sociais e económicas. Esta evidência parece ser um pouco contraditória, no que concerne às despesas sociais. No entanto, os municípios não asseguram as despesas associadas ao desemprego, sendo estas asseguradas pelo Governo Central.

A hipótese relacionada com a INDFIN também é corroborada, pelo que se **valida H<sub>8</sub>**. De realçar que, em relação às despesas das FS se constata quanto maior for a independência financeira, maior será esse tipo de despesa. Já para as despesas das FE a relação é contrária.

Por último, **valida-se H<sub>9</sub>** em relação às despesas das outras funções. Neste contexto, corrobora-se a ideia de que os municípios governados por partidos de direita apresentam maiores despesas das OF. Para as despesas das FS obteve-se significância estatística contraditória para a análise bivariada e multivariada, pelo que não se valida a hipótese.

## Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

Após terminar o estágio realizado no Município de Bragança, considero que este foi uma experiência importante e enriquecedora no meu percurso académico e pessoal. Primeiramente, este estágio serviu, de entre outras coisas, para um desenvolvimento pessoal devido a um contacto real e próximo com o mundo do trabalho e tudo que isso implica. Usufruí da oportunidade de conhecer uma rede de serviços e de pessoas que trabalham em conjunto como equipa para o bom funcionamento de uma só instituição. Em termos pessoais desenvolvi um maior conhecimento e experiência, aprendi a ter mais responsabilidade e atitude profissional e evolui na temática de relação interpessoal e comunicação. Em termos académicos, observei e participei no funcionamento de diversos serviços, aprendi um pouco em cada um, tanto a nível de conhecimentos como de funcionamento em si. Com a elaboração do relatório de estágio consegui desenvolver um conjunto de aprendizagens fundamentais.

O presente trabalho tinha como objetivo: encontrar fatores determinantes da execução das despesas por funções, nomeadamente funções gerais, sociais, económicas e outras, para o ano de 2016.

Os resultados permitiram observar que, relativamente às despesas das funções gerais de soberania:

- Os municípios de maior dimensão apresentam valores de despesa menores.

Relativamente a despesas em funções sociais:

- Os municípios do interior demonstram uma maior tendência para a realização de despesas;
- Os municípios governados por maioria são mais propensos à execução de despesas;
- Os municípios com maior dimensão, índice de poder de compra e taxa de desemprego apresentam despesas menores;
- Os municípios com maior taxa de analfabetismo e independência financeira apresentam valores mais elevados de despesas.

No que respeita às despesas das funções económicas:

- Os municípios do interior mostram uma maior tendência para a realização de despesas;
- Os municípios com maior índice de poder de compra e maior independência financeira apresentam menores despesas;
- Os municípios com maiores taxas de analfabetismo evidenciam valores mais elevados de despesas.

Relativamente às despesas em outras funções:

- Os municípios governados em maioria evidenciam maiores despesas.

Retiraram-se assim inúmeras conclusões em relação à distribuição funcional das despesas por parte dos municípios portugueses. Primeiramente, os municípios do litoral demonstram problemas sociais e económicos que muitas das vezes são colmatados por eles próprios, os municípios de maiores dimensões conseguem obter sinergias aquando da realização de despesas. Os municípios com maiores taxas de analfabetismo apresentam maior necessidade de execução de despesas gerais, sociais e económicas. Concluiu-se ainda que quanto maior o índice de poder de compra menor é a execução em funções económicas, o que poderá significar que o rendimento elevado dos munícipes gera uma melhor atuação a nível económico não se verificando necessidade de despesa por parte dos municípios. Verifica-se também que quanto maior o desemprego menor é a execução de despesas sociais e económicas, embora não seja competência dos municípios salvaguardar as despesas relacionadas com o desemprego. Por último, conclui-se que quanto maior a independência financeira maior a despesa em funções sociais e comprova-se a ideia de que os municípios governados por partidos de direita apresentam maior execução em despesas em outras funções.

Constata-se ainda que, em relação ao objetivo principal proposto, as variáveis localização, forma de governação, dimensão, taxa de analfabetismo, índice de poder de compra, desemprego e independência financeira são determinantes de alguns tipos de funções dos municípios.

Como limitações ao estudo surgiram vários problemas tanto ao nível da extração de dados como ao nível da qualidade dos dados em si. Primeiramente, a dificuldade em retirar indicadores dos municípios. Alguns municípios não publicam anualmente os seus mapas de prestação de contas como solicitado pelo tribunal de contas e alguns dos que publicam nas suas plataformas eletrónicas solicitam informação a quem pesquisa para disponibilizarem informação. Pelo que esta deveria estar publicada, dando acesso a qualquer cidadão. Alguns dos dados publicados são ilegíveis atendendo a falta de qualidade dos documentos. Por conseguinte, estes fatores limitaram este estudo, atendendo a que a amostra não representa o país como era espectral.

Deste modo, para trabalhos futuros poder-se-á alargar o estudo para um espaço temporal maior, com a inclusão de variáveis explicativas relacionadas com outras dimensões, o que permitirá aplicar métodos estatísticos mais robustos. Será também importante alargar o estudo à totalidade dos municípios portugueses de forma a conseguir resultados mais significativos relativos à distribuição das despesas públicas dos municípios portugueses.

## Referências Bibliográficas

- Alcalde, A., & Martín, J. (2015). Determinantes del gasto social autonómico: ¿Es el sistema de financiación de las comunidades autónomas responsable de la desigualdad en el gasto?. XXII *Encuentro de Economía Pública*, Santander.
- Almeida, J & Correia, A. (1999). *Manual de Contabilidade das Autarquias Locais*. Lisboa: Editora Reis dos Livros.
- Amaral, C. & Oliveira, A. (2010). Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico. Gabinete de planeamento, estratégia, avaliação e relações internacionais: *Ministério das Finanças e Administração*.
- Amaratunga, D., Baldry, D., Sarshar, M & Newton, R., (2002). *Quantitative and qualitative research in the built environment: application of mixed research approach*. Work study. Vol 51(1), pp 17-31.
- Aragão, C., Sobral, E., Melo, S. & Melo, F. (2012). *Impacto das despesas públicas por função no crescimento económico brasileiro*.
- Azevedo, C. (2018). *A implementação do SNC-AP nas Autarquias Locais em Portuga*. (Mestrado). Universidade de Aveiro.
- Balmas, A. (2015). *Determinants of public spending at the subnational level: a comparison of polish and Spanish local governments*. Instituto Universitário de Lisboa.
- Bernardes, A. (2001). *Contabilidade pública e autárquica: POCP e POCAL* (1.ª ed.). Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- Carvalho, J., Fernandes, M., & Camões, P. (2018). *Anuário financeiro dos municípios portugueses 2017*. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P., & Jorge, S. (2016). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015*. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Conselho das Finanças Públicas. (2015). *Glossário de termos das Finanças Públicas*. Acedido a 20 novembro 2018, em [https://www.cfp.pt/uploads/canais\\_ficheiros/glossario-de-terminos-das-financas-publicas.pdf](https://www.cfp.pt/uploads/canais_ficheiros/glossario-de-terminos-das-financas-publicas.pdf).
- Ferreira, M. (2012). *Contributo para a eficácia, eficiência e qualidade de processos na administração pública*. (Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Ferreira, P. (2014). *Estrutura Funcional da Despesa Pública e Crescimento Económico*. Faculdade de Economia do Porto (FEP).
- International Federation of Accountants. Performance Reporting by Government Business Enterprises. *Public Sector Committee*, Nova Iorque. Janeiro de 1996.
- Luís, J. (2002). POCAL – *Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais* (2.<sup>a</sup> ed). Lisboa: Áreas Editora.
- Magalhães, C. (2011). *Regime Jurídico da Despesa Pública: do direito da despesa ao direito à despesa*. (Mestrado). Universidade do Minho.
- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martins, P. & Correia, L. (2015). *Determinantes dos Desvios Orçamentais nos Municípios Portugueses*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).
- Mourão, P. (2004). *Determinantes das Despesa Pública em Portugal – uma avaliação econométrica*. (Mestrado). Universidade do Minho.
- Medidata. (2016). *Medidata tem nova solução SigmaSNC-AP*. Porto: Medidata. Acedido a 29 de abril de 2017 em [http://www.medidata.pt/frontoffice/pages/534?news\\_id=154](http://www.medidata.pt/frontoffice/pages/534?news_id=154).
- Município de Bragança. (2012). *Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais 2013*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- Município de Bragança. (2015). *Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais 2015*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- Município de Bragança. (2017). *Norma de Controlo Interno*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.
- Nogueira, S., Saraiva, P. & Silva, C. (2017). *Análise das despesas por funções nos municípios portugueses*. Instituto Politécnico de Bragança (IPB).
- Ollé, A. (2005). *Determinantes del gasto público local: ¿necesidades de gasto o capacidad fiscal?*. Institut d’Economia de Barcelona.
- Orçamento do Estado. (2018). *Classificadores e Tabelas*. Lisboa: República Portuguesa.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.
- Pérez, F. & Cucarella, V. (n.d.). *Necesidades y gastos de las comunidades autónomas*. Instituto Valenciano de Investigaciones. Económicas (Ivie).
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS (2a ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto, A., & Santos, P. (2005). *Gestão Orçamental Pública*. Lisboa: Publisher Team.

- Revisão do classificador orgânico. (2015). *Direção-geral do Orçamento (DGO)*. Lisboa.
- Sanz, I. & Velázquez, F. (2001). *The evolution and convergence of the government expenditure composition in the OCDE Countries: an analysis of the functional distribution*. Grupo de Economía Europea.
- Sanz, I., & Velázquez, F. (2002). *Determinants of the Composition of Government Expenditure by Functions*. Grupo de Economía Europea.
- Saraiva, P. (2017). *Eficiência das despesas por funções municipais: uma aplicação da Data Envelopment Analysis*. Instituto Politécnico de Bragança (IPB).
- Veloso, G. & Bornhold, S. (2016). Averiguação empírica de ciclos políticos nos municípios gaúchos, entre 1995 e 2008. *Ensaio FEE*. 36(4). 1069-1096.

## Legislação

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Aprova o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, Diário da República, 1ª série, 178, 7584 – 7828.

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central, Diário da República, 1ª série – A, 38, 1156 – 1191.

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definindo-se os princípios orçamentais e contabilísticos e os de controlo interno, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço, a demonstração de resultados, bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas, Diário da República, 1ª série – A, 44, 1018 (2) – 1018 (85).

Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 de junho. Aprova o novo esquema da classificação funcional das despesas públicas, Diário da República, 1ª série – A, 144, 3329 – 3331.

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho. Estabelece o regime da administração financeira do Estado, Diário da República, 1ª série – A, 172, 3502 – 3509.

Despacho n.º 1298/2013, de 21 de janeiro. Reorganização dos serviços do Município de Bragança, Diário da República, 2ª série, 14, 2944 – 2944.

Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro. Lei de Enquadramento Orçamental. Assembleia da República, 1.ª série, 178, 7566 – 7584.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, Diário da República, 1ª série – A, 176, 5688 – 5724.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. Constituição da República Portuguesa. Diário da República, 1.ª série – A, 155, 4642 – 4686.